

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Simulado

Curso Demonstrativo Procuradoria



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO PARA JUIZ

TJGO



Simulado Especial

2º Simulado – TJ-GO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Magistratura do TJ-GO;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, FCC.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJGO-07-11-20>

01 – A B C D E	26 – A B C D E	51 – A B C D E	076 – A B C D E
02 – A B C D E	27 – A B C D E	52 – A B C D E	077 – A B C D E
03 – A B C D E	28 – A B C D E	53 – A B C D E	078 – A B C D E
04 – A B C D E	29 – A B C D E	54 – A B C D E	079 – A B C D E
05 – A B C D E	30 – A B C D E	55 – A B C D E	080 – A B C D E
06 – A B C D E	31 – A B C D E	56 – A B C D E	081 – A B C D E
07 – A B C D E	32 – A B C D E	57 – A B C D E	082 – A B C D E
08 – A B C D E	33 – A B C D E	58 – A B C D E	083 – A B C D E
09 – A B C D E	34 – A B C D E	59 – A B C D E	084 – A B C D E
10 – A B C D E	35 – A B C D E	60 – A B C D E	085 – A B C D E
11 – A B C D E	36 – A B C D E	61 – A B C D E	086 – A B C D E
12 – A B C D E	37 – A B C D E	62 – A B C D E	087 – A B C D E
13 – A B C D E	38 – A B C D E	63 – A B C D E	088 – A B C D E
14 – A B C D E	39 – A B C D E	64 – A B C D E	089 – A B C D E
15 – A B C D E	40 – A B C D E	65 – A B C D E	090 – A B C D E
16 – A B C D E	41 – A B C D E	66 – A B C D E	091 – A B C D E
17 – A B C D E	42 – A B C D E	67 – A B C D E	092 – A B C D E
18 – A B C D E	43 – A B C D E	68 – A B C D E	093 – A B C D E
19 – A B C D E	44 – A B C D E	69 – A B C D E	094 – A B C D E
20 – A B C D E	45 – A B C D E	70 – A B C D E	095 – A B C D E
21 – A B C D E	46 – A B C D E	71 – A B C D E	096 – A B C D E
22 – A B C D E	47 – A B C D E	72 – A B C D E	097 – A B C D E
23 – A B C D E	48 – A B C D E	73 – A B C D E	098 – A B C D E
24 – A B C D E	49 – A B C D E	74 – A B C D E	099 – A B C D E
25 – A B C D E	50 – A B C D E	75 – A B C D E	100 – A B C D E



DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. É absolutamente incapaz:

- a) o maior de dezesseis e menor de dezoito anos;
- b) o portador de deficiência física;
- c) o portador de deficiência auditiva;
- d) o pródigo;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

Gabarito: E**Comentários:** A **alternativa A** está incorreta, pois é relativamente incapaz, conforme art. 4º, inciso I, do Código Civil.A **alternativa B** está incorreta, pois é pessoa capaz, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência.A **alternativa C** está incorreta, pois é pessoa capaz, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência.A **alternativa D** está incorreta, pois é relativamente incapaz, conforme art. 4º, inciso IV, do Código Civil.A **alternativa E** está correta, pois todos são casos de pessoas relativamente incapazes ou capazes.**02.** Prescreve em um ano:

- a) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- b) a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;
- c) a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;
- d) a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

Gabarito: C**Comentários:** A **alternativa A** está incorreta. O prazo é de três anos, conforme o art. 206, §3º, inciso VI, do Código Civil.A **alternativa B** está incorreta. O prazo é de três anos, conforme o art. 206, §3º, inciso IV, do Código Civil.A **alternativa C** está correta. Conforme o art. 206, §1º, inciso II, do Código Civil.A **alternativa D** está incorreta, conforme o art. 206, §3º, inciso IX, do Código Civil.A **alternativa E** está incorreta, conforme o art. 206, §2º, do Código Civil.**03.** O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
- b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
- d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial;
- e) o caso fortuito ou a força maior são hipóteses em que poderá se eximir o comodatário de responder por danos ao comodante em qualquer hipótese.

Gabarito: A**Comentários:** A **alternativa A** está correta, pois é requisito. Conforme o art. 581 do Código Civil: “Art. 581. Se o comodato não tiver prazo convencional, presumir-se-lhe-á o necessário para o uso concedido; não podendo o comodante, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz, suspender o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo convencional, ou o que se determine pelo uso outorgado.”A **alternativa B** está incorreta. Conforme o art. 584 do Código Civil: “Art. 584. O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.”A **alternativa C** está incorreta. Conforme o art. 585 do Código Civil: “Art. 585. Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão solidariamente responsáveis para com o comodante.”

A **alternativa D** está incorreta. Conforme o art. 580 do Código Civil: “Art. 580. Os tutores, curadores e em geral todos os administradores de bens alheios não poderão dar em comodato, sem autorização especial, os bens confiados à sua guarda.”

A **alternativa E** está incorreta. Há a hipótese do art. 583 do Código Civil: “Art. 583. Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.”

04. Não é causa de interrupção da prescrição:

- a) o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- b) o protesto cambial;
- c) a notificação extrajudicial feita meses após protesto cambial anterior;
- d) a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
- e) o ato judicial que constitua em mora o devedor.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa A** está incorreta, conforme o art. 202, inciso I, do Código Civil: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;”

A **alternativa B** está incorreta, conforme o art. 202, inciso III, do Código Civil: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: III - por protesto cambial;”

A **alternativa C** está correta. Deve-se observar que a interrupção só poderá ocorrer uma única vez. Se já houve protesto cambial anterior, a prescrição já foi interrompida, não podendo assim ocorrer novamente em razão de um outro fator que, isoladamente, serviria para interromper a prescrição, conforme o *caput* do art. 202 do Código Civil.

A **alternativa D** está incorreta, conforme o art. 202, inciso IV, do Código Civil: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;”

A **alternativa E** está incorreta, conforme o art. 202, inciso V, do Código Civil: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;”

05. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que ao decretar a invalidação de um ato, a autoridade administrativa:

- a) deve fundamentar a decisão sem necessariamente indicar, de forma expressa, as consequências jurídicas e administrativas da decisão;
- b) pode fundamentar a decisão de forma resumida, desde que indique os fundamentos legal;
- c) deve fundamentar a decisão indicando, de forma expressa, as consequências jurídicas e administrativas da decisão;
- d) deve fundamentar a decisão indicando, de forma expressa, as consequências administrativas da decisão;
- e) não precisa fundamentar a decisão, sendo suficiente a indicação do dispositivo legal que se aplique ao caso.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa C** está correta, conforme o art. 21 da LINDB: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa **deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.**”

Assim, as **alternativas A, B, D e E** estão incorretas.

06. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. Em relação a esse tipo de contrato é incorreto afirmar que:

- a) a doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular;
- b) se o donatário for absolutamente incapaz, será sempre necessária a aceitação da doação;
- c) a doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário;
- d) é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador;
- e) a doação pode ser revogada por inexecução do encargo.

Gabarito: B

Comentários: A **alternativa A** está incorreta. Conforme o art. 541 do Código Civil: “Art. 541. A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular.”

A **alternativa B** está correta. Porque não é sempre que a aceitação será necessária, conforme o art. 543 do Código Civil: “Art. 543. Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.”

A **alternativa C** está incorreta. Conforme o art. 545 do Código Civil: “Art. 545. A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário.”

A **alternativa D** está incorreta. Conforme o art. 548 do Código Civil: “Art. 548. É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.”

A **alternativa E** está incorreta. Conforme o art. 555 do Código Civil: “Art. 555. A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo.”

07. Não é hipótese de cessação do contrato de mandato:

- a) a revogação;
- b) a interdição de ambas as partes;
- c) o término do prazo;
- d) a conclusão do negócio nele previsto;
- e) a mudança de estado que dificulte o exercício de seus poderes pelo mandatário.

Gabarito: E

Comentários: A **alternativa E** está correta. Pois é causa que cessa o mandato o estado que inabilite o mandatário de exercer os poderes nele postos, não que apenas dificulte (inciso III do art. 682, CC/02).

As **alternativas A, B, C, e D** estão incorretas, conforme o art. 682, e incisos, do Código Civil: “Art. 682. Cessa o mandato: I - pela revogação ou pela renúncia; II - pela morte ou interdição de uma das partes; III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio.”

08. Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros;
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros;
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros;
- d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros;
- e) poderá ser convalidada, posteriormente, em até 90 (noventa) dias.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa C** está correta, conforme o art. 522 do Código Civil: “Art. 522. A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

Assim, as **alternativas A, B, D e E** estão incorretas.

09. Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- b) em se tratando de morto, terá legitimação para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- c) é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- d) o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada;
- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.

Gabarito: D

Comentários: A **alternativa A** está incorreta. O Código Civil já prevê a possibilidade de exceção: “Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.”

A **alternativa B** está incorreta. Será colateral até o quarto grau, não apenas até o terceiro: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o **quarto grau**.”

A **alternativa C** está incorreta. O Código Civil prevê exceção: “Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.”

A **alternativas D** está correta. Conforme o Informativo nº 674-STJ (REsp 1.772.593/RS).

A **alternativa E** está incorreta, conforme exemplo da alternativa D.

10. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

Gabarito: D

Comentários: As **alternativas A, B, C e E** estão incorretas. O prazo será prescricional, já que envolve enriquecimento ilícito e direito de ação. Além disso, o prazo será de três ou vinte anos, dependendo do marco temporal.

A **alternativa D** está correta. Conforme o tema repetitivo nº 610 do STJ: “Na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista **prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002)**, observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002.” (RESP 1.360.969/RS e 1.361.182/RS)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.
- d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: errada. As ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho, bem como aquelas sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho não serão remetidas ao juízo federal (art. 45, I, II, CPC).

Letra b: correta. CPC, Art. 45, §5º: § 5º A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado

Letra c: errada. Art. 48. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

Letra d: errada. Art. 49. A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

Letra e: errada. Art. 52, parágrafo único. Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

12. Acerca da reconvenção, é correto afirmar que:

- a) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- b) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- c) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção a reconvenção.
- d) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção de incompetência será processada em apenso aos autos principais.
- e) Não é necessário atribuir valor da causa à reconvenção.

Gabarito: C

Comentários: letra a: errada. Art. 343, § 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

Letra b: errada. Art. 343, 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

Letra c: correta. CPC, Art. 702, § 6 Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

Letra d: errada. Art. 64 do CPC - A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

Letra e: errada. Art. 291. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: (...)

13. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.
- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: errada. Art. 381, §2º: A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.

Letra b: errada. Art. 391. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.

Letra c: errada. Art. 373, § 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando: I - recair sobre direito indisponível da parte; II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito. § 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

Letra d: correta. CPC, Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.

Letra e: errada. Art. 437. O réu manifestar-se-á na contestação sobre os documentos anexados à inicial, e o autor manifestar-se-á na réplica sobre os documentos anexados à contestação. § 1º Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte,

que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para adotar qualquer das posturas indicadas no art. 436.

14. Assinale a alternativa incorreta a respeito do cumprimento de sentença.

- a) Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.
- b) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- c) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
- d) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, desde que haja requerimento da parte, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.
- e) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: correta. Art. 518. Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.

Letra b: correta. Art. 517. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523.

Letra c: correta. Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

Letra d: errada. Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

Letra e: correta. Art. 538. Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

15. Marque a alternativa incorreta no que se refere aos processos nos Tribunais:

- a) A alteração de tese jurídica, adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos, deverá ser precedida de audiências públicas.
- b) Não se aplica a técnica de ampliação de julgamento nos casos de julgamento não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.
- c) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- d) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame do mérito do incidente de demandas repetitivas.
- e) Do julgamento do mérito do incidente de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: errada. Art. 927, §2º. A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de

pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

Letra b: correta. Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores. § 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento: II - não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

Letra c: correta. Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

Letra d: correta. Art. 976. § 1º A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

Letra e: correta. Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

16. Assinale a alternativa correta a respeito da alegação de impedimento e suspeição do juiz:

- a) Há impedimento do juiz nos casos em que em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- b) Apresentado o incidente, o processo não é suspenso automaticamente, dependendo de decisão do relator.
- c) Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, sendo essa decisão irrecorrível.
- d) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, desde que declare suas razões.

e) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

Gabarito: A

Comentários: letra a: certo. Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

Letra b: errada. Apresentado o incidente, suspende-se o processo ope legis, automaticamente (art. 313, III, CPC), sem prejuízo da possibilidade de concessão de tutela de urgência pelo substituto legal.

Letra c: errada. Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de manifesta suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, podendo o juiz recorrer da decisão (art. 146, §5º).

Letra d: errada. Art. 145, § 1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Letra e: errada. Art. 146. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

17. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

- a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.
- b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.

c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.

d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. Se a transação for inválida, o instrumento cabível é a ação anulatória, e não a rescisória, nos termos do que dispõe o art. 966, §4º, CPC.

Letra b: errada. A ação rescisória é cabível apenas quando a decisão de mérito transitada em julgada for proferida por juiz impedido. A suspeição do magistrado não autoriza o manejo dessa ação (art. 966, II, CPC).

Letra c: errada. Será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou admissibilidade do recurso correspondente.

Letra d: errada. O autor deverá depositar a importância de 5% sobre o valor da causa (art. 968, §5º, CPC).

Letra e: correta. A legitimidade do MP para ajuizamento de ação rescisória no caso ventilado pela alternativa consta do art. 967, III, a, CPC.

18. Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

Gabarito: D



Comentários: Letra a: errada. Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.

Letra b: errada. As hipóteses cabimento do agravo de instrumento estão previstas no art. 1015, CPC.

Letra c: errada. Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos

Letra d: certa, nos termos do art. 1030, CPC.

Letra e: errada. Art. 1.027. Serão julgados em recurso ordinário: I - pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão; II - pelo Superior Tribunal de Justiça: a) os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão; b) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

19. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- b) Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.
- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

e) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

Gabarito: C

Comentários: letra a: certa. CPC, Art. 99 O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

Letra b: certa. Art. 99, § 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

Letra c: errada. Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Letra d: certa. Art. 99, §3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Letra e: certa. Art. 99, § 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

20. Sobre a audiência de conciliação e mediação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 01 mês da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- b) A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- d) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- e) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Gabarito: A

Comentários: letra a: errada. CPC, Art. 334, § 2º Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

Letra b: certa. Art. 334, § 3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.

Letra c: certa. Art. 334, § 7º A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.

Letra d: certa. Art. 334, § 7º A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

Letra e: certa. Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

- I. Considera-se consumidor por equiparação (bystander) o terceiro estranho à relação consumerista que experimenta prejuízos decorrentes do produto ou serviço vinculado à mencionada relação, bem como as pessoas determináveis ou não expostas às práticas comerciais previstas nos arts. 30 a 54 do Código de Defesa do Consumidor.
- II. O Superior Tribunal de Justiça admite a mitigação da teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor - CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), apesar de não ser destinatária final do produto ou serviço, apresenta-se em situação de hipossuficiência.
- III. É descabida a aplicação do Código de Defesa do Consumidor alheia às normas específicas inerentes à relação contratual de previdência privada complementar e à modalidade contratual da transação, negócio jurídico disciplinado pelo Código

Civil, inclusive no tocante à disciplina peculiar para o seu desfazimento.

IV. A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, ocorre ope legis, vale dizer, decorre expressamente da lei.

V. A vedação à denúncia da lide prevista no art. 88 do CDC restringe-se à responsabilidade de comerciante por fato do produto, sendo inaplicável às demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

Gabarito: B

Comentários: O **Item I** está correto, conforme Jurisprudência em Teses do STJ, EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I: “10) Considera-se consumidor por equiparação (bystander), nos termos do art. 17 do CDC, o terceiro estranho à relação consumerista que experimenta prejuízos decorrentes do produto ou serviço vinculado à mencionada relação, bem como, a teor do art. 29, as pessoas determináveis ou não expostas às práticas previstas nos arts. 30 a 54 do referido código.”

O **Item II** está incorreto, segundo Jurisprudência em Teses do STJ, EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I: “1) O Superior Tribunal de Justiça admite a mitigação da teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor - CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), apesar de não ser destinatária final do produto ou serviço, apresenta-se em situação de vulnerabilidade.”

O **Item III** está correto, consoante Jurisprudência em Teses do STJ, EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I: “12) É descabida a aplicação do Código de Defesa do Consumidor alheia às normas específicas inerentes à relação contratual de previdência privada complementar e à modalidade contratual da transação, negócio jurídico disciplinado pelo Código

Civil, inclusive no tocante à disciplina peculiar para o seu desfazimento.”

O **Item IV** está incorreto, conforme Jurisprudência em Teses do STJ, EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I: “2) A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, não ocorre ope legis, mas ope iudicis, vale dizer, é o juiz que, de forma prudente e fundamentada, aprecia os aspectos de verossimilhança das alegações do consumidor ou de sua hipossuficiência.”

O **Item V** está incorreto, segundo Jurisprudência em Teses do STJ, EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I: “4) A vedação à denúncia da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC).”

A **alternativa B** está correta, pois os itens I e III estão corretos.

22. Com relação à decadência e à prescrição nas relações de consumo, é correto afirmar:

- a) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se a partir da entrega efetiva do produto.
- b) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da aquisição do produto ou do início da execução dos serviços.
- c) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito.
- d) Obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
- e) Obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, ainda que não transmitida de forma inequívoca.

Gabarito: D

Comentários: A **alternativa A** está incorreta, segundo art. 26, §3º, CDC: “Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.”

A **alternativa B** está incorreta, segundo art. 26, §1º, CDC: “Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.”

A **alternativa C** está incorreta, de acordo com art. 27, CDC: “Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.”

A **alternativa D** está correta, conforme art. 26, §2º, III, CDC: “Obstam a decadência: (...) III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.”

A **alternativa E** está incorreta, de acordo com art. 26, §2º, I, CDC: “Obstam a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;”

23. Acerca dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores, é correto afirmar que:

- a) O consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, ressalvadas as suas respectivas fontes.
- b) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente.
- c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua correção, no prazo de cinco dias úteis.
- d) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado prestadores de serviços públicos.
- e) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, todas as informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

Gabarito: B

Comentários: A **alternativa A** está incorreta, segundo art. 43, CDC: “O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.”

A **alternativa B** está correta, de acordo com art. 44, CDC: “Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.”

A **alternativa C** está incorreta, conforme art. 43, §3º, CDC: “O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.”

A **alternativa D** está incorreta, conforme art. 43, §4º, CDC: “Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.”

A **alternativa E** está incorreta, de acordo com art. 43, §5º, CDC: “Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.”

24. Rubens é vendedor da loja Baratinha, que comercializa eletrodomésticos em geral. Desejando bater sua meta de vendas mensal, começou a informar os clientes que determinado aparelho de televisão recém lançado possuía uma tecnologia de comando por voz. Júlia, deficiente visual, interessada na novidade que facilitaria sua vida, adquiriu o produto. Ao ligar o aparelho, verificou que a utilidade do bem não existia e dirigiu-se à loja exigindo o cumprimento forçado da obrigação, nos termos do que lhe foi ofertado. Contudo, o gerente do estabelecimento disse-lhe que nada poderia fazer, pois Rubens agiu sem seu consentimento. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) o vendedor deverá ser responsabilizado individualmente, uma vez que não recebeu instrução para divulgar qualidade não existente do produto.
- b) não há previsão na lei para que o consumidor exija o cumprimento forçado da obrigação, podendo apenas rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada.
- c) a loja deve ser responsabilizada solidariamente pelos atos de seu vendedor.
- d) não há previsão na lei para que o consumidor exija o cumprimento forçado da obrigação, podendo apenas aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
- e) a loja deve ser responsabilizada subsidiariamente pelos atos de seu vendedor.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa A** está incorreta, segundo art. 34, CDC: “O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.”

A **alternativa B** está incorreta, conforme art. 35, I, CDC: “Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha: I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;”

A **alternativa C** está correta, de acordo com art. 34, CDC.

A **alternativa D** está incorreta, conforme art. 35, I, CDC.

A **alternativa E** está incorreta, de acordo com art. 34, CDC.

25. Com relação às características do Código de Defesa do Consumidor e aos mandamentos constitucionais de defesa do consumidor, é correto afirmar:

- a) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado o princípio de defesa do consumidor e do fornecedor, na relação de consumo.

- b) O Ato de Disposições Constitucionais Transitórias determinou a elaboração do Código de Defesa do Consumidor dentro de noventa dias, a contar da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- c) A competência para legislar sobre produção e consumo, bem como sobre responsabilidade por danos ao consumidor é concorrente entre a União, os Estados e o DF, sendo formalmente inconstitucional lei municipal que trate de matéria relativa ao consumo.
- d) O Código de Defesa do Consumidor é norma de ordem pública e de interesse social, geral e principiológica, e, portanto, prevalente sobre todas as demais normas especiais anteriores que com ela colidirem.
- e) O superendividamento pode ser definido como impossibilidade global do devedor-pessoa física ou jurídica, consumidor, de má-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo, incluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e alimentos, em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio.

Gabarito: D

Comentários: A **alternativa A** está incorreta, conforme art. 170, V, CF/88: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) V — defesa do consumidor”.

A **alternativa B** está incorreta, segundo art. 48 do ADCT: “O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.”

A **alternativa C** está incorreta, pois possuem competência para legislar sobre direito do consumidor, tratando-se de interesse local, nos termos do art. 30, I da CF/88: “Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;”. Ademais, entende o STF: “É constitucional lei municipal que proíbe a conferência de mercadorias realizada na saída de estabelecimentos comerciais localizados na cidade. A Lei prevê que, após o cliente efetuar o pagamento nas caixas registradoras da empresa instaladas, não é possível nova conferência na saída. Os Municípios detêm competência para legislar sobre assuntos de

interesse local (art. 30, I, da CF/88), ainda que, de modo reflexo, tratem de direito comercial ou do consumidor.” (STF. 2ª Turma. RE 1052719 AgR/PB, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 25/9/2018)

A **alternativa D** está correta, Segundo Luiz Antonio Rizzatto Nunes: “A Lei n. 8.078 é norma de ordem pública e de interesse social, geral e principiológica, o que significa dizer que é prevalente sobre todas as demais normas especiais anteriores que com ela colidirem. As normas gerais principiológicas, pelos motivos que apresentamos no início deste trabalho ao demonstrar o valor superior dos princípios, têm prevalência sobre as normas gerais e especiais anteriores”

A **alternativa E** está incorreta, pois definem Claudia Lima Marques, Herman Benjamin e Bruno Miragem: “O superendividamento pode ser definido como impossibilidade global do devedor-pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio”.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

- 26.** É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, é correto afirmar:
- a) A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilização das pessoas físicas envolvidas, não sendo possível a responsabilização de pessoas jurídicas.
- b) As obrigações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente compõem um rol exaustivo que exclui outras decorrentes dos princípios ali positivados.
- c) Compete exclusivamente às entidades públicas que atuem nas áreas de cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços, contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.

- d) A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- e) A comunicação de suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescente compete unicamente aos profissionais contratados com tal finalidade.

Gabarito: D

Comentários: A alternativa D está correta é o gabarito da questão. A alternativa está em conformidade com o art. 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 73 do Estatuto: “A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos desta Lei.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 72 do ECA: “As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.”

As alternativas C e E estão incorretas. As entidades privadas também devem contar com pessoas capacitadas para reconhecer e comunicar suspeitas ou casos de maus-tratos. Além disso, tal obrigação não se restringe a essas pessoas, sendo expandida a outros tantos profissionais, como prevê o parágrafo único do art. 70-B do Estatuto.

Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos.

27. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais dos entes federais. São linhas de ação da política de atendimento:

- a) políticas sociais básicas e serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.
- b) a municipalização do atendimento.
- c) a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente.
- d) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- e) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Gabarito: A

Comentários: A alternativa A está correta é o gabarito da questão. A alternativa apresenta linhas de ação previstas nos incisos I e II do art. 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

As alternativas B, C, D e E estão incorretas pois correspondem a diretrizes da política de atendimento previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 88 do ECA:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

28. Em relação à prática de ato infracional e aos direitos individuais assegurados, pode-se afirmar:

- a) Considera-se como ato infracional a conduta descrita como crime no Código Penal e na legislação esparsa, não abrangendo as contravenções penais.
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
- c) Nenhuma criança ou adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- d) A internação provisória poderá ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- e) Em hipótese alguma o adolescente civilmente identificado será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais.

Gabarito: B

Comentários: A **alternativa B** está correta é o gabarito da questão. A alternativa está em conformidade com o parágrafo único do art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente: *“Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.”*

A **alternativa A** está incorreta. Os atos infracionais englobam crimes ou contravenções penais, como disposto no art. 103 do ECA: *“Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”*

A **alternativa C** está incorreta. A alternativa acrescentou as crianças na previsão legal do caput do art. 106. Veja o dispositivo: *“Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.”*

A **alternativa D** está incorreta. Nos termos do art. 108 do Estatuto: *“A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.”*

A **alternativa E** está incorreta. Aduz o art. 109 do ECA: *“O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.”*

29. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas aplicáveis aos pais ou responsável. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Não mais subsiste a previsão de matrícula obrigatória do filho ou pupilo em escola, em razão da possibilidade de homeschooling no Brasil.
- b) Os pais ou responsável podem ser encaminhados a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, sendo vedado o encaminhamento a tratamento psiquiátrico.
- c) Os pais ou responsável não podem ser obrigados a encaminhar a criança ou adolescente a tratamento, posto que se trata de exercício do poder familiar decidir sobre tal conduta.
- d) Em caso de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum, sendo vedada a fixação de alimentos provisórios.
- e) Ainda que afastado da moradia comum, o agressor continuará responsável por prover a criança ou adolescente que dele dependa.

Gabarito: E

Comentários: A **alternativa E** está correta é o gabarito da questão. A alternativa está em conformidade com o caput do art. 130 e com o seu parágrafo único, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor.

A **alternativa A** está incorreta. Os pais ou responsável continuam obrigados a matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar. O julgamento do STF sobre o tema não gerou nenhuma modificação legislativa!

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

A **alternativa B** está incorreta. O encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico está inscrito no inciso III do art. 129 do Estatuto:

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

A **alternativa C** está incorreta. O encaminhamento de criança ou adolescente a tratamento especializado está previsto no art. 129, VI do ECA:

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

A **alternativa D** está incorreta. Como visto no comentário da alternativa E, o agressor poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, ser obrigado a prestar alimentos provisórios à criança ou adolescente.

30. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Com base nas disposições legislativas, assinale a alternativa correta:

a) Dentre os requisitos necessários para concorrer à vaga de conselheiro tutelar, o candidato deverá ter idade superior a 18 (dezoito) anos e residência no município.

b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

c) Os conselheiros tutelares não gozam de todos os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, mas fazem jus à cobertura previdenciária, ao gozo de férias anuais remuneradas com acréscimo de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, à licença-maternidade, à licença-paternidade e à gratificação natalina.

d) Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar deverão constar da lei orçamentária dos Estados e do Distrito Federal.

e) A atividade de conselheiro constitui serviço público relevante e estabelece presunção de reputação ilibada.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa C** está correta é o gabarito da questão. A alternativa está em conformidade com o art. 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

A **alternativa A** está incorreta. Os requisitos necessários estão previstos nos incisos do art. 133 do Estatuto:

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a vinte e um anos;

III - residir no município.

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o caput do art. 134 do ECA: "Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: (...)"

A **alternativa C** está incorreta. O art. 134, parágrafo único do Estatuto prevê que constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

A **alternativa E** está incorreta. Nos termos do art. 135 do ECA: “O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.”

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Em relação aos princípios do direito penal, assinale a alternativa correta:

- a) O único significado do garantismo penal refere-se ao modelo normativo proposto por Ferrajoli, onde um Estado somente será garantista se possuir uma constituição rígida.
- b) O princípio da fragmentariedade dispõe que o direito penal só deve atuar de forma subsidiária, ou seja, quando se tornarem insuficientes outras formas de controle social.
- c) O STF admite o abrandamento do regime inicial da pena, caso não se aplique o princípio da insignificância em razão da reincidência do réu.
- d) Em nenhuma hipótese a pena passará da pessoa do condenado, em razão do princípio da intranscendência da pena.
- e) Os tribunais superiores têm admitido a declaração de atipicidade do crime previsto no art. 184, §2º, do C (expor à venda CDs e DVDs piratas), acolhendo-se, para tanto, o princípio da adequação social.

Gabarito: C

Comentários: **Letra a:** errada. Luigi Ferrajoli dá à expressão garantismo três significados diversos: o primeiro, designando um modelo normativo de direito; o segundo referindo-se a uma teoria jurídica que diferencia o modelo normativo da prática operativa e o terceiro designando uma filosofia política que pressupõe a separação entre direito e moral.

Letra b: errada. O princípio em questão é o da subsidiariedade. Neste contexto, o princípio da fragmentariedade estabelece que o Direito Penal não deve proteger todos os bens jurídicos existentes na sociedade, ocupando-se apenas daqueles mais relevantes.

Letra c: correta. “EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE REFORÇO INDEVIDO NA FUNDAMENTAÇÃO. REPRODUÇÃO DAS CONSTATAÇÕES FÁTICAS AFIRMADAS NAS INSTÂNCIAS INFERIORES. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES, PRATICADO DURANTE O REPOUSO NOTURNO. REINCIDÊNCIA. (HC 130617 AgR, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 02/02/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-037 DIVULG 26-02-2016 PUBLIC 29-02-2016)

Letra d: errada. Há uma única exceção, que consiste na obrigação de reparar o dano e na decretação de perdimento de bens, mas neste caso, os herdeiros responderão somente até o limite da herança.

Letra e: errada. Vide Súmula 502/STJ: “Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, §2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas”.

32. Em relação à aplicação de lei penal no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) Considerando que uma aeronave privada brasileira estivesse sobrevoando território estrangeiro, e que nesta hipótese, uma passageira tenha praticado crime de furto em seu interior, a competência para julgar o crime seria da justiça brasileira, independentemente do processo ser ou não julgado no território estrangeiro, considerando o princípio da representação ou da bandeira.
- b) Em uma situação hipotética, um português, dentro de uma embarcação da Marinha Mercante brasileira, ancorada em porto holandês, retira um cigarro de maconha, para seu próprio uso, preparando-o para posterior utilização. Neste caso, o português não será punido, pois a posse de drogas para consumo próprio não é punida na Holanda.

- c) Aplica-se a lei brasileira, ainda que em prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao delito cometido em território nacional.
- d) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria da atividade ou da ação, no que concerne ao lugar do crime.
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território ou de Município, quando não sejam julgados no estrangeiro.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: errada. Não é aplicada a lei brasileira ao caso em apreço, pois a aeronave era privada e estava sobrevoando o espaço aéreo internacional.

Letra b: correta. É a aplicação da norma contida no art. 5º, §1º, do Código Penal. No exemplo citado, a lei brasileira não será aplicada, haja vista que a embarcação é privada e está ancorada em porto estrangeiro.

Letra c: errada. O artigo 5º do Código Penal afirma que “aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional”.

Letra d: errada. Foi adotada, em relação ao lugar do crime, a teoria da ação ou do efeito. Com efeito, a teoria da atividade considera lugar do crime aquele em que o agente desenvolveu a atividade criminosa, não tendo sido adotado pelo Código Penal.

Letra e: errada. Os crimes cometidos no estrangeiro contra o patrimônio da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território ou de Município, estão sujeitos à lei brasileira independentemente de quaisquer condições (extraterritorialidade incondicionada).

33. Em determinada hipótese, João subtrai um cheque emitido por Pedro, sendo dele credor, e utiliza o título de crédito para solver a dívida de Pedro, mesmo sabendo que ele não concordaria com esta solução. Neste contexto, é possível afirmar que:

- a) houve erro de proibição;
- b) houve erro de tipo essencial, pois o cheque não é passível de furto;

- c) houve arrependimento posterior, sendo obrigatória a diminuição da pena do réu;
- d) houve erro de tipo accidental, razão pela qual o credor responderá por culpa, se houver previsão legal;
- e) houve exercício regular de direito, com exclusão de culpabilidade.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. Considerando que João agiu com erro sobre a ilicitude do fato, há no caso exclusão da culpabilidade, pois no caso inexistia a potencial consciência da ilicitude.

Letra b: errada. O erro de tipo essencial recai sobre as elementares do tipo penal (p.ex: coisa alheia), o que não é o caso da questão, já que o erro do agente se deu em relação à ilicitude do fato.

Letra c: errada. O arrependimento posterior é causa obrigatória de diminuição da pena, e encontra previsão no art. 16 do Código Penal.

Letra d: errada. Conforme sobredito, não houve erro de tipo (essencial ou accidental), mas erro de proibição.

Letra e: errada. Não se pode afirmar que João tenha exercido regularmente um direito que lhe socorre, pois o exercício arbitrário das próprias razões, muito pelo contrário, é repellido pelo ordenamento jurídico vigente.

34. Sobre a classificação doutrinária dos crimes, assinale a alternativa correta:

- a) Constituem-se como crimes omissivos próprios aqueles em que o agente assume a posição de garantidor, obrigando-se, com isso, a evitar o resultado.
- b) Nos crimes omissivos impróprios a lei descreve a conduta do agente e o seu resultado.
- c) O crime falho é também chamado de “quase crime”.
- d) Um exemplo de crime complexo em sentido estrito é a corrupção ativa.
- e) O crime de mera conduta admite a tentativa.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. Nos crimes omissivos próprios, a norma penal descreve a conduta do agente, tipificando-a, mas o agente não possui o dever de evitar o resultado, notadamente porque não assume a posição de garantidor, pois o dever é genérico de agir (dirigido a todas as pessoas), e não específico (art. 13, §2º, CP).

Letra b: errada. Conforme sobredito, nos crimes omissivos impróprios não basta a abstenção do comportamento, já que a omissão só será relevante se o agente possuir a obrigação de agir para impedir a ocorrência do resultado (dever jurídico específico de evitar o resultado).

Letra c: errada. O crime falho ocorre no caso de tentativa perfeita, quando o agente esgotou todos os meios necessários para a produção do resultado, não os atingindo por circunstâncias alheias a sua vontade. Na segunda hipótese, ocorre o crime impossível, quando o agente não pratica o crime em razão dos meios ou do objeto material serem absolutamente ineficazes para a produção do resultado.

Letra d: errada. O crime complexo é formado pela união entre dois ou mais tipos penais. Há doutrinadores que afirmam existir os crimes complexos em sentido amplo, a fim de definir o crime acrescido de circunstâncias ou elementos que, por si sós, não constituem o delito (ex.: estupro), e os crimes complexos em sentido estrito, formado pela fusão de duas figuras criminosas (ex.: extorsão mediante sequestro).

Letra e: correta. Não se pode afirmar que João tenha exercido regularmente um direito que lhe socorre, pois o exercício arbitrário das próprias razões, muito pelo contrário, é repellido pelo ordenamento jurídico vigente.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal adotou a teoria subjetiva em relação à punição do fato enquadrado como crime impossível.
- b) Considerando-se a relação de causalidade, o Código Penal adotou como regra a teoria da causalidade adequada.
- c) No estado de necessidade o perigo deve ser iminente.

d) Admite-se legítima defesa putativa em oposição a um ato de legítima defesa real.

e) É necessária a presença da consciência do agente de agir acobertado por uma excludente para o reconhecimento de uma causa de exclusão de ilicitude.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. Como é cediço, a teoria adotada pelo Código Penal é a objetiva temperada, segundo a qual a ineficácia do meio e a impropriedade do objeto devem ser absolutas, haja vista que, em sendo relativas, haverá tentativa. No que concerne à teoria subjetiva, a mesma defende que o agente deve sofrer a mesma pena da tentativa em razão de sua vontade em praticar o crime.

Letra b: errada. O art. 13, caput, do Código Penal adotou como regra a teoria da equivalência dos antecedentes causais (*conditio sine qua non*), que considera que tudo o que concorre para o resultado é considerado como sua causa. O art. 13, §1º, do Código Penal, por sua vez, adotou a teoria da causalidade adequada, que considera causa a pessoa, fato ou circunstância que, além de praticar um antecedente indispensável à produção do resultado, realize uma atividade adequada à sua concretização.

Letra c: errada. O art. 24 do Código Penal trata apenas do perigo atual, malgrado parte da doutrina afirme que o perigo iminente esteja implícito no atual.

Letra d: errada. Não é possível, pois na legítima defesa real há repulsa a uma injusta agressão. Seria possível o inverso, já que a legítima defesa putativa (imaginária) é uma espécie de agressão injusta.

Letra e: correta. Com efeito, a doutrina acrescenta aos requisitos objetivos das descriminantes o conhecimento da situação de fato justificante. Sendo assim, na legítima defesa, por exemplo, o agente deve ter consciência que atua para repelir uma injusta agressão.

36. Para o reconhecimento do arrependimento posterior, é indispensável que:

- a) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja espontânea.
- b) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja feita até o oferecimento da denúncia ou da queixa.

- c) o crime cometido seja de natureza patrimonial e sem violência contra a coisa.
- d) a reparação do dano, ainda que não voluntária, seja de conhecimento do agente.
- e) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja voluntária.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. O art. 16 do Código Penal não exige a espontaneidade, que exige que o a reparação, bastando, para tanto, a voluntariedade do agente (que pode partir de terceira pessoa) na reparação do dano.

Letra b: errada. Na verdade, o art. 16 do Código Penal exige que a reparação do dano ou a restituição da coisa sejam realizadas até a data do recebimento da denúncia ou da queixa. São momentos processuais distintos, pois somente com o recebimento da exordial acusatória é que o processo penal tem início.

Letra c: errada. Não há necessidade que o crime seja patrimonial, bastando apenas que não seja cometido com violência ou grave ameaça a pessoa.

Letra d: errada. É requisito do arrependimento posterior que a reparação do dano seja voluntária, conforme sobredito.

Letra e: correta. Vide explicação contida na letra A.

37. Em determinada hipótese, uma empregada doméstica esquece de trancar a porta principal que dá acesso à residência do proprietário do imóvel. Aproveitando-se da desídia da funcionária, uma pessoa ingressa na residência e subtrai alguns pertences do proprietário.

Com base nesta situação hipotética, a empregada doméstica:

- a) será responsabilizada pelo furto na condição de coautora.
- b) é autora intelectual do furto.
- c) não pode ser penalmente responsabilizada pelo furto.
- d) será responsabilizada pelo furto na condição de partícipe.
- e) será responsabilizada por culpa.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: errada. Como é cediço, o concurso de pessoas exige como requisito o liame subjetivo entre os agentes, o que consiste na união de propósitos para o cometimento da mesma infração penal. No caso em tela, a empregada não agiu com dolo e tampouco tinha vínculo psicológico com o agente.

Letra b: errada. Na autoria intelectual ou de escritório, o agente não pratica o núcleo do tipo, mas é responsável pelo planejamento de toda a ação delituosa, a exemplo de um chefe uma organização criminosa.

Letra c: correta. Conforme sobredito, a empregada não tinha consciência da atuação do terceiro, inexistindo, portanto, o liame subjetivo entre os agentes e, por consequência, o concurso de crimes.

Letra d: errada. O partícipe atua quando não pratica o núcleo do tipo penal, mas induz, instiga, ou auxilia o coautor na prática da infração penal. Não é o caso da questão.

Letra e: errada. O crime em apreço não admite a hipótese de culpa, razão pela qual a conduta da empregada não será punida (art. 18, parágrafo único, do Código Penal).

38. Sobre a teoria da pena, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo entendimento do STJ, ao reincidente condenado a pena igual a 4 (quatro) anos, é admissível a adoção do regime semiaberto.
- b) A pena unificada para atender ao limite de quarenta anos de cumprimento determinado pelo art. 75 do Código Penal.
- c) Na aplicação da pena, incidindo as causas de diminuição da tentativa e da participação de menor importância, pode o juiz limitar-se a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a que mais diminua.
- d) A falta grave interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional.
- e) No cálculo da pena, o aumento pela reincidência deve ser posterior à redução pela participação de menor importância.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. Nos termos do art. 33, §2º, do Código Penal, os condenados não reincidentes cuja reprimenda seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderão iniciar o cumprimento da pena no regime aberto. No mesmo sentido, o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá iniciar o cumprimento da sanção penal no regime semiaberto. Os que excederem a oito anos, por consequência, terão o regime inicial fechado. Contudo, a Súmula nº 269/STJ possibilita que os sentenciados com pena igual ou inferior a 4 anos iniciem o cumprimento da pena em regime semiaberto, desde que favoráveis as circunstâncias judiciais.

Letra b: errada. Se a(s) pena(s) privativa(s) de liberdade impostas ao sentenciado superarem quarenta anos, elas serão unificadas para efeito de cumprimento da pena privativa de liberdade. No entanto, para efeito de benefícios penais, levar-se-á em conta o total aplicado, em conformidade com a Súmula nº 715/STF.

Letra c: errada. Considerando que no caso há concurso de causas de aumento ou diminuição de pena previstas na parte geral, o magistrado obrigatoriamente aplicará as duas diminuições. O primeiro cálculo partirá da pena intermediária, enquanto o derradeiro observará a operação realizada anteriormente. Somente quando houver concurso entre causas de aumento ou de diminuição da pena previstas na parte especial é que o magistrado poderá aplicar uma delas, considerando a disposição contida no artigo 68, parágrafo único, do Código Penal.

Letra d: errada. O enunciado nº 441 da Súmula de jurisprudência do STJ dispõe em sentido contrário.

Letra e: errada. Considerando o critério trifásico para dosimetria da pena, em primeiro lugar o juiz avaliará as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, CP. Em seguida, analisará as atenuantes e agravantes genéricas (arts. 61 e 65, CP), dentre elas, a reincidência. Em arremate, observará as causas de diminuição ou aumento de pena previstas na parte geral, especial ou na legislação extravagante, como é o caso da participação de menor importância.

39. Em relação aos crimes contra a vida, assinale a assertiva correta:

- a) É pacífico na jurisprudência que o crime de homicídio cometido mediante violenta emoção seja também qualificado com emprego de veneno.
- b) Em nenhuma hipótese o homicídio simples será classificado como hediondo.
- c) O agente que matar sua empregadora por ter sido dispensado do trabalho sem justa causa responderá por feminicídio.
- d) Admite-se a continuidade delitiva nos crimes contra a vida.
- e) Em concorrendo duas qualificadoras, uma delas será utilizada para majorar a pena na primeira fase, ao passo que a derradeira será utilizada como causa de aumento de pena.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. O STJ já pacificou o entendimento que permite a existência do homicídio privilegiado-qualificado, desde que as qualificadoras sejam de natureza objetiva, como é o caso em apreço. Lembrando que são objetivas o meio e o modo de execução (veneno, fogo, explosivo) e a condição da vítima (criança etc), e são subjetivas as que dizem respeito aos motivos (fútil, torpe etc).

Letra b: errada. Se o homicídio simples for praticado em atividade típica de grupo de extermínio, será considerado hediondo (Art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90)

Letra c: errada. No caso em tela, o crime não foi praticado por razões da condição de sexo feminino, assim consideradas as hipóteses descritas no art. 121, §2º-A, do Código Penal (violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher).

Letra d: errada. A Súmula nº 605 do STF dispõe em sentido contrário.

Letra e: errada. Caso concorram duas qualificadoras, uma delas exasperará a pena em abstrato, enquanto a derradeira será utilizada como circunstância agravante ou circunstância judicial. É importante esclarecer que a jurisprudência tem oscilado em relação ao tema em apreço.

40. Em relação à parte especial do Código Penal, é correto assinalar que se trata de entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores:

- a) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.
- c) O princípio da insignificância pode ser aplicado ao crime de peculato culposo, desde que haja mínima ofensividade na conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica seja inexpressiva.
- d) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica.
- e) Não se tipifica crime contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. É o que dispõe a Súmula nº 554/STF. Em relação a este enunciado, é importante consignar que uma interpretação *a contrario sensu* conduz à conclusão que a emissão de cheque sem fundos e o seu efeito pagamento antes do recebimento da denúncia constitui-se como óbice à propositura da ação penal.

Letra b: errada. Em sentido contrário, a Súmula 542/STJ contém previsão que consagrou o entendimento do STF no julgamento da ADI 4424/DF, e mesmo nos crimes de lesão corporal leves e culposas (art. 88, da Lei nº 9.099/95), no âmbito de relação doméstica e familiar, a ação será pública incondicionada.

Letra c: errada. Não é o que dispõe a Súmula 599/STJ, muito embora o crime de peculato culposo (art. 312, §2º, do Código Penal) possua pena de detenção de três meses a um ano. O STJ considera que afirmar que os crimes contra a Administração Pública têm como objetivo resguardar a moralidade administrativa. Há uma exceção, segundo o entendimento do STJ, relativa ao crime de descaminho (art. 334, CP).

Letra d: errada. Levando em consideração a Súmula 522/STJ, a conduta é típica, mesmo que o acusado alegue situação de autodefesa, cujo direito não é ilimitado.

Letra e: errada. A Súmula Vinculante nº 24 dispõe que “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”.

41. Com relação à Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta que condiz com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06, sob pena de caracterizar bis in idem.
- b) O juiz pode fixar regime inicial mais gravoso do que aquele relacionado unicamente com o quantum da pena ao considerar a natureza ou a quantidade da droga.
- c) A causa de aumento de pena prevista no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas possui natureza objetiva e se aplica em função do lugar do cometimento do delito, sendo despicienda a comprovação efetiva do tráfico nos locais e nas imediações mencionados no inciso ou que o crime visava a atingir seus frequentadores.
- d) É possível a concessão de liberdade provisória nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.
- e) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei nº 11.343/06) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. O art. 42 da Lei nº 11.343/06 determina que o juiz leve em consideração na fixação da pena, com preponderância ao art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da droga apreendida. Malgrado a jurisprudência do STJ não permita a utilização simultânea destas circunstâncias na primeira e terceira fase de aplicação da pena privativa de liberdade, este entendimento não se consolidou como enunciado de súmula daquele sodalício. Registre-se que tal entendimento parece ser o que vige atualmente no STF, em âmbito de repercussão geral (ARE 666.334/AM). De mais a mais, é importante registrar que os tribunais superiores já permitiram a utilização de uma circunstância na

primeira fase e de outra para obstar ou diminuir a fração de diminuição do §4º do art. 33 da referida lei, sem que isso pudesse ser considerado como bis in idem (STF – HC 155.512/SP).

Letra b: errada. Este é o entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça, a conferir: “A valoração negativa da quantidade e natureza dos entorpecentes constitui fator suficiente para a determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade mais gravoso, bem como para obstar a respectiva substituição por penas restritivas de direitos” (HC 451.496/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em DJe 16/11/2018). Entrementes, esta posição também não se tornou objeto de enunciado de súmula.

Letra c: errada. O art. 40, III da Lei nº 11.343/06 determina que as penas dos arts. 33 a 37 da aludida lei sejam aumentadas de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) nas circunstâncias ali narradas. É entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça que é prescindível a comprovação de que o acusado visava à comercialização de drogas com seus frequentadores, mas, novamente, tal posição não se tornou enunciado de súmula da sua jurisprudência.

Letra d: errada. Como se sabe, o art. 44 da Lei nº 11.343/06 veda a fixação de liberdade provisória nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes. Contudo, o STF fixou a seguinte tese sobre o tema: “É inconstitucional a expressão e liberdade provisória constante no caput do art. 44 da Lei 11.343/06”. Não há enunciado de súmula no Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

Letra e: correta. Trata-se do enunciado nº 607 do Superior Tribunal de Justiça. Há também um enunciado relacionado que adota o mesmo raciocínio (Súmula nº 528/STJ).

42. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a assertiva correta:

- a) O crime de estupro de vulnerável não pode ser praticado com uma omissão.
- b) O crime de estupro não admite o resultado agravador a título de culpa, razão pela qual a qualificadora prevista tipo penal do art. 213, §2º (resultado morte) só incidirá quando houver dolo.

- c) O crime de assédio sexual (art. 216-A, do Código Penal) não tem o homem como sujeito passivo.
- d) O crime de registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B) é processado mediante ação penal pública incondicionada.
- e) O consentimento da vítima afasta a consumação do estupro de vulnerável.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: errada. Como é cediço, nos crimes omissivos impróprios há o dever específico de que o agente, naquele contexto, pratique um determinado ato para impedir a produção do resultado naturalístico. Nesta senda, a posição de garantidor, que exsurge do art. 13, §2º, do Código Penal, torna a omissão penalmente relevante no contexto em apreço, como no caso de uma mãe que toma conhecimento que o seu filho, uma criança, é abusado pelo padrasto, nada fazendo para que aqueles atos possam cessar.

Letra b: errada. O resultado agravador ocorre quando uma conduta inicial é acrescida por outra que provoca o resultado, podendo ocorrer a título de dolo-dolo ou dolo-culpa, consistindo a última hipótese no que a doutrina denomina crime preterdoloso (dolo no antecedente e culpa no consequente).

Letra c: errada. O crime previsto no art. 216-A, do Código Penal, pode ter como sujeito passivo tanto o homem como a mulher. O bem jurídico protegido, no caso, é a liberdade sexual da vítima.

Letra d: errada. É a previsão contida no art. 225 do Código Penal, acrescido pela Lei nº 13.718/2018.

Letra e: errada. No caso de estupro de vulnerável, não é necessária a prática de violência real contra a vítima, havendo autores que entendem que a sua prática pode ser configurar até mesmo pelo meio virtual. Neste sentido a Súmula 593/STJ.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

43. A respeito da competência no processo penal, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei e a jurisprudência.

- a) no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de menor graduação.



- b) a competência por prerrogativa de função não prevalece se a ação judicial houver sido instaurada após a cessação do exercício do cargo público.
- c) o crime de falso testemunho cometido em processo trabalhista deverá ser julgado perante a justiça estadual.
- d) Caberá ao STF julgar, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-presidente, os membros do Congresso Nacional e os Ministros de Estado.
- e) em se tratando de erro na execução, a competência será determinada pela conexão.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: errada. Prevalece a jurisdição de 'maior' graduação, nos termos do art. 78, III do CPP. Uma das possíveis incidências da regra legal é a situação da Súmula 704 do STF.

Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: III - no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;

Súmula 704/STF - Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

Letra b: correta. De acordo com o STF, uma vez cessado o exercício do cargo, deve ser afastada a prerrogativa de foro em razão da função, salvo se já houver sido publicado o despacho de intimação para alegações finais.

(I) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (II) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo. [Tese definida na AP 937 QO, rel. min. Roberto Barroso, P, j. 3-5-2018, DJE 265 de 11-12-2018]

Letra c: errada. O crime deve ser julgado perante a justiça federal.

STJ/Súmula 165. Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: [...]

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

Letra d: errada. Ao STF caberá julgar o Presidente e Vice-Presidente da República e os membros do Congresso somente em crimes comuns.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente: b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República; c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

Letra e: errada. No caso de erro na execução, a competência é determinada pela continência. A remissão que o art. 77, II do CP faz está desatualizada. Onde está escrito '53', leia-se art. 73 do CP, que trata, justamente, do erro na execução.

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:

II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1º, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.

Art. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.

44. A lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva, mas não suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) retroage no tempo, apenas para beneficiar o réu.
- c) não admite aplicação analógica, mas admite interpretação extensiva.
- d) não admite interpretação extensiva, mas admite aplicação analógica.
- e) não será aplicada aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. A lei processual penal também admite suplemento dos princípios gerais do direito.

Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Letra b: errada. A lei processual penal não retroage, nem mesmo para beneficiar o réu. Aplica-se o princípio *tempus regit actum*.

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Letra c: errada. A lei processual penal também admite aplicação analógica.

Letra d: errada. A lei processual penal também admite interpretação extensiva.

Letra e: correta. Preservam-se os atos praticados sob a vigência de lei anterior, não sendo possível a repetição apenas em razão da superveniência de lei nova (art. 2º do CPP) - *tempus regit actum*.

45. Em relação à ação civil *ex delicto*, é correto afirmar:

- a) o direito à execução da sentença penal não se estende aos herdeiros do ofendido.
- b) a decisão que absolve o acusado ao decidir que o fato que lhe é imputado não configura crime, não impede a propositura de ação civil.
- c) intentada a ação penal, o juiz da ação civil não poderá suspender o curso desta até o julgamento definitivo daquela.

d) faz coisa julgada no cível a sentença que julgar extinta a punibilidade.

e) é possível a execução da sentença penal para reparação de danos tanto no juízo cível quanto no juízo da execução penal.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: errada. O direito passa aos herdeiros do ofendido.

Art. 63. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

Letra b: correta. De fato, a sentença que conclui não ser o fato imputado um crime, não impede que o ofendido possa promover a reparação civil.

Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil:

III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

Letra c: errada. É permitido ao juiz da ação civil determinar a suspensão do processo.

Art. 64 [...] Parágrafo único. Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.

Letra d: errada. A decisão que julga extinta a punibilidade não faz coisa julgada no cível.

Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil:

II - a decisão que julgar extinta a punibilidade;

Letra e: errada. A execução deve ocorrer, exclusivamente, no juízo cível.

Art. 63. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

46. A respeito das provas, assinale a opção correta.

- a) Em razão das garantias a que o réu tem direito, a infiltração policial não é admitida no direito processual penal brasileiro.
- b) A confissão será indivisível e irretratável.

- c) Ainda que não seja possível a realização do exame de corpo de delito, a prova testemunhal não poderá ser realizada com objetivo de suprir-lhe a falta.
- d) Se o acusado confessar a autoria, será perguntado sobre os motivos e circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a infração, bem como quais sejam.
- e) Considerando o princípio da legalidade estrita aplicável ao direito processual penal, não são admitidos meios de prova diversos daqueles previstos em lei.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: errada. A infiltração é admitida e prevista na Lei de Organizações Criminosas, na Lei de Drogas, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Letra b: errada. A confissão, ao contrário, é divisível e retratável.

Art. 200. A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Letra c: errada. Se não for possível a realização do exame, a prova testemunhal pode suprir-lhe a falta.

Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Letra d: correta. Trata-se do procedimento previsto no art. 190 do CPP:

Art. 190. Se confessar a autoria, será perguntado sobre os motivos e circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a infração, e quais sejam.

Letra e: errada. São admitidos todos os meios de prova, ainda que não previstos em lei, desde que não ilícitos ou ilegítimos. Provas inominadas ou atípicas são aceitas. O princípio é o da liberdade probatória.

47. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- a) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar, deliberadamente, ato de obstrução ao andamento do processo.
- b) O assistente de acusação não possui legitimidade para requerer a prisão preventiva.

- c) A autoridade policial e o juiz somente poderão conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- d) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização da autoridade policial ou judiciária competente.
- e) As medidas cautelares não poderão ser aplicadas cumulativamente.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. A fiança será 'quebrada' no caso de o acusado obstruir o andamento do processo.

Art. 341. Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado:

II - deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo;

Letra b: errada. O assistente pode sim requerer a prisão preventiva do acusado.

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

Letra c: errada. O juiz poderá conceder a fiança, mesmo que a pena máxima seja superior a 4 anos.

Art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas.

Letra d: errada. A autorização para se ausentar somente pode ser concedida pelo juiz.

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

Letra e: errada. Podem ser aplicadas medidas cautelares de forma cumulativa, a depender do caso.

Art. 282 [...] § 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.



48. Acerca da citação, é correto afirmar:

- a) se o réu estiver preso, poderá ser citado na pessoa do diretor do estabelecimento prisional.
- b) será nula a citação por edital de réu que se encontrar preso, ainda que em unidade da federação diversa.
- c) no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- d) em nenhuma hipótese será permitida a citação por intermédio do chefe de serviço do acusado.
- e) flui normalmente o prazo prescricional enquanto não retornar a carta rogatória expedida para citação do réu.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: errada. A citação 'pessoal' é regra.

Art. 360. Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

Letra b: errada. A nulidade somente ocorrerá se o réu estiver preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce sua jurisdição.

Súmula 351 do STF: É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

Letra c: correta. O prazo começará a contar do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor.

Art. 396. (...) Parágrafo único. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

Letra d: errada. É permitida a citação por intermédio do chefe, no caso de acusado militar.

Art. 358. A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

Letra e: errada. O prazo prescricional será suspenso até o cumprimento da carta.

Art. 368. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

49. Com relação à sentença penal, assinale a alternativa correta.

- a) o juiz poderá, nas ações penais públicas e privadas, condenar o réu, ainda que a acusação tenha pleiteado a sua absolvição.
- b) caso a prisão preventiva tenha sido decretada no curso da ação, não será necessário que, em sentença condenatória, o juiz fundamente a sua manutenção.
- c) poderá ser atribuída definição jurídica diversa ao fato descrito na denúncia, ainda que o juiz tenha, em consequência, que aplicar pena mais grave.
- d) na sentença condenatória, o juiz deve fixar o valor da reparação dos danos, que não poderá ser majorado, em qualquer esfera, após o trânsito em julgado da sentença penal.
- e) a sentença deverá conter a exposição completa dos argumentos da acusação e da defesa.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: errada. Essa autorização está prevista apenas para o caso de ação penal pública. Nas ações privadas, a falta de pedido de condenação é causa de preempção.

Art. 385. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal:

III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;

Letra b: errada. O juiz deve, sempre, fundamentar a manutenção da prisão preventiva, mesmo nos casos em que condena o réu. Não existe mais prisão decorrente de sentença, isso não é automático ou imperativo de lei.

Art. 387 [...] § 1º O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta.

Letra c: correta. É possível que seja atribuída definição jurídica diversa ao fato – *emendatio libelli*.

Art. 383. *O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.*

Letra d: errada. Deve haver fixação do valor mínimo para reparação dos danos, mas isso não impede que ele seja aumentado em sede de ação civil.

Art. 387. *O juiz, ao proferir sentença condenatória: IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;*

Art. 63. [...] *Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do inciso IV do caput do art. 387 deste Código sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.*

Letra e: errada. A exposição, na parte do relatório, deve ser 'sucinta'.

Art. 381. *A sentença conterá: II - a exposição sucinta da acusação e da defesa;*

50. A respeito do procedimento relativo ao Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 60 (sessenta) anos, desde que requeiram a dispensa.
- b) a absolvição sumária será cabível quando comprovada inimizabilidade do acusado, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que esta não seja a única tese de defesa.
- c) se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público, por 15 (quinze) dias.
- d) na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, nunca se admitirá o pedido de desaforamento.

e) será cabível recurso em sentido estrito contra a sentença de impronúncia e apelação contra a sentença de pronúncia.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: errada. Somente serão isentos os maiores de 70 anos.

Art. 437. *Estão isentos do serviço do júri:*

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

Letra b: errada. Ao contrário; somente poderá haver a absolvição sumária se a inimputabilidade for a única tese defensiva.

Art. 415. *O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:*

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Parágrafo único. *Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimputabilidade prevista no caput do art. 26 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva.*

CP. Art. 26 - *É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.*

Letra c: correta. O processo deverá ser remetido ao Ministério Público para inclusão dos demais acusados, no mesmo processo (mediante aditamento) ou em nova denúncia.

Art. 417. *Se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público, por 15 (quinze) dias, aplicável, no que couber, o art. 80 deste Código.*

Art. 80. *Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.*

Letra d: errada, existe exceção. O pedido de desaforamento será admitido se o fato tiver ocorrido durante ou após o julgamento anulado.

Art. 427 [...] § 4º Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.

Letra e: errada. É o contrário; caberá apelação contra a sentença de impronúncia e RESE contra a decisão de pronúncia.

Art. 416. Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

IV – que pronunciar o réu;

51. Em relação às nulidades, observada a jurisprudência, é correto afirmar:

- a) no processo penal, a falta ou deficiência de defesa constituem nulidade absoluta, independentemente de prova do prejuízo para o réu.
- b) a inquirição das testemunhas inicialmente pelo juiz, com a inversão da ordem prevista no art. 212 do Código de Processo Penal, constitui nulidade relativa.
- c) constitui nulidade a falta de intimação do acusado para oferecer contrarrazões ao recurso da rejeição da denúncia, salvo se houver sido nomeado defensor dativo para tanto.
- d) a incompetência do juízo anula todos os atos praticados até então, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- e) as omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, antes do despacho que ordena a apresentação de alegações finais.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: errada. Deficiência é causa de nulidade relativa. Por outro lado, os tribunais superiores têm dito que o princípio do prejuízo é aplicável inclusive para as nulidades absolutas.

Súmula 523/STF - No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

Letra b: correta. Trata-se de nulidade relativa, de acordo com a jurisprudência que prevalece no STJ.

Conforme a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, a inquirição das testemunhas pelo juiz antes que seja oportunizada a formulação das perguntas às partes, com a inversão da ordem prevista no art. 212 do Código de Processo Penal, constitui nulidade relativa (STJ, HC n. 237.782, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 21/08/2014).

Art. 212. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

Parágrafo único. Sobre os pontos não esclarecidos, o juiz poderá complementar a inquirição.

Letra c: errada. A nomeação de defensor dativo não supre a nulidade.

Súmula 707 do STF: Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

Letra d: errada. A incompetência somente anula os atos decisórios.

Art. 567. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

Letra e: errada. O prazo para correção é até antes da sentença.

Art. 569. As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença final.

52. A respeito dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) será cabível apelação contra a decisão que anular o processo da instrução criminal, no entanto, a parte não poderá ser prejudicada pela interposição de um recurso no lugar de outro se não houver má-fé.
- b) de acordo com o Código de Processo Penal, ao Ministério Público é defeso deixar de apresentar recurso contra a sentença que absolve o acusado.
- c) no julgamento do recurso de apelação contra decisão do Júri, o Tribunal não ficará adstrito aos fundamentos da interposição.
- d) os recursos, nos exatos termos da lei, serão sempre voluntários, sem exceção.
- e) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que declarar a prescrição.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. Contra a decisão que anular o processo da instrução criminal será cabível RESE.

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

XIII - que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte;

Art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

Letra b: errada. O Ministério Público não está obrigado a recorrer. Mas, se o fizer, não poderá desistir do recurso.

Art. 574. Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz:

Art. 576. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

Letra c: errada. Na apelação contra decisão do Júri (art. 593, III, CPP), o Tribunal fica vinculado aos fundamentos do recurso.

Súmula 713/STF: O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

Letra d: errada. Os recursos nem sempre serão voluntários, existindo hipóteses em que, nos termos da lei, serão 'obrigatórios' – recursos de ofício/reexame necessário.

Art. 574. Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz:

I - da sentença que conceder habeas corpus;

II - da que absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411.

Súmula 423/STF - Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso ex officio, que se considera interposto ex lege.

Letra e: correta. Caberá o recurso em sentido estrito, de acordo com o art. 581, III do CPP:

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

III - que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;

53. O recurso cabível contra a decisão do Tribunal do Júri, em razão de nulidade ocorrida posteriormente à pronúncia é

- a) recurso em sentido estrito.
- b) protesto por novo júri.
- c) agravo em execução.
- d) apelação.
- e) habeas corpus.

Gabarito: D

Comentários: Letra d: correta. Será cabível a apelação, nos termos do art. 593, III, 'a' do CPP.

Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia;

54. A respeito do interrogatório do acusado, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

I – Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada e somente se houver requerimento de alguma das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência.

II – Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.

III – Na primeira parte o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e outros dados familiares e sociais.

IV – Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

V – Da decisão que determinar a realização de interrogatório por videoconferência, nos termos da lei, as partes serão intimadas com 10 (dez) dias de antecedência.

Está correto o que se afirma nas assertivas:

- a) I, II e IV.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e V.

Gabarito: B

Comentários: **Assertiva I:** errada. A decisão pode ocorrer de ofício.

Art. 185 (...) § 2º Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades:

I - prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento;

II - viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal;

III - impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento destas por videoconferência, nos termos do art. 217 deste Código;

IV - responder à gravíssima questão de ordem pública.

Assertiva II: correta. O acusado deve ser cientificado de suas garantias.

Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.

Assertiva III: correta. A primeira fase do interrogatório é voltada às condições pessoais do acusado.

Art. 187 (...) § 1º Na primeira parte o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e outros dados familiares e sociais.

Assertiva IV: correta, nos termos do art. 188 do CPP.

Art. 188. Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

Assertiva V: correta. Segundo a lei, as partes devem ser intimadas da decisão com antecedência de 10 dias.

Art. 185 (...) § 3º Da decisão que determinar a realização de interrogatório por videoconferência, as partes serão intimadas com 10 (dez) dias de antecedência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

55. O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.
- e) Princípio da máxima efetividade.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: certa. De acordo com o princípio da unidade, a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas. Por força desse princípio, não há hierarquia entre normas constitucionais; uma norma constitucional complementa a outra; não há contradição entre normas constitucionais.

Letra b: errada. O princípio do efeito integrador estabelece que na resolução dos problemas jurídicos-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política.

Letra c: errada. O princípio da conformidade orienta que os órgãos encarregados da interpretação da norma constitucional não poderão chegar a uma posição que subverta, altere ou perturbe o esquema organizacional constitucionalmente estabelecido pelo legislador constituinte originário.

Letra d: errada. Depreende-se do princípio da força normativa que o intérprete deve dar à Constituição máxima aplicabilidade.

Letra e: errada. O princípio da máxima efetividade orienta que a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe conceda.

56. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: certa. O Supremo Tribunal Federal, na ADI 6.465/AgR/DF, decidiu que apenas a entidade que representa a totalidade de sua categoria profissional possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.

Letra b: errada. O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento de que a legitimidade para o ajuizamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade por parte de confederações sindicais e entidades de classe pressupõe a caracterização como entidade de classe ou sindical, decorrente da representação de categoria empresarial ou profissional.

Letra c: certa. Para o STF, o caráter nacional da representatividade é aferido pela demonstração da presença da entidade em pelo menos nove estados brasileiros.



Letra d: certa. As entidades de classe deverão demonstrar o interesse de agir, mostrar a pertinência temática, apontar em quais aspectos a norma atacada afeta a referida entidade de classe.

Letra e: certa. Entidades de classe não possuem capacidade postulatória e deverão constituir advogado para peticionar em juízo.

57. “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.” (artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: certa. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, o art. 236, caput, e o seu § 3º da CF/88 são normas autoaplicáveis, que incidiram imediatamente desde a sua vigência, produzindo efeitos, portanto, mesmo antes do advento da Lei 8.935/1994. Assim, a partir de 5/10/1988, o concurso público é pressuposto inafastável para a delegação de serventias extrajudiciais (MS 28.371).

Letras b, c e d: erradas. A norma constitucional sob comento tem aplicabilidade imediata, direta e integral, de modo que sua eficácia é plena.

58. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para reestruturar a Administração Pública. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas e de alguns partidos políticos, viola princípios federativos e direitos adquiridos dos servidores públicos. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.

c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.

d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.

e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

Gabarito: D

Comentários: Letras a, b, c, e: erradas. Na situação proposta, temos caso de controle preventivo de constitucionalidade, uma vez que se trata de proposta de emenda à Constituição (e não de emenda). Assim, não há que falar em ação direta de inconstitucionalidade e nem em arguição de descumprimento de preceito fundamental, porque são ações do controle objetivo repressivo de constitucionalidade. A ação civil pública é utilizada para proteger direitos difusos e o mandado de injunção, normas constitucionais de eficácia limitada não regulamentadas. Assim, as alternativas estão incorretas.

Letra d: Para combater a deliberação de PEC tendente a abolir cláusula pétrea, o STF tão somente admite mandado de segurança impetrado por parlamentar da Casa em tramita a proposição (MS 20.257/DF). Assim, a letra D está correta.

59. O Tribunal de Justiça de Goiás julgou válida lei local contestada em face de lei federal. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

Gabarito: B

Comentários: Letras a, c, d: erradas. Nos termos do artigo 102, III, d, da CF/88, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal. Assim, a alternativa B é correta.

60. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

Gabarito: E

Comentários: Letras a, b, c, d: erradas. Ao dispor sobre a partilha de competências estatais, a Constituição Federal outorgou à União, em caráter privativo, a prerrogativa de legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza (CF, art. 22, XXVI). Assim, para o STF, não obstante a indiscutível repercussão ambiental da utilização da energia nuclear, a própria CF excepcionou — dentre os diversos aspectos relacionados à competência comum partilhada entre ela e os Estados-membros e o Distrito Federal referentes à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição — a disciplina normativa pertinente às

atividades e instalações nucleares, cuja regulamentação está inserida no domínio legislativo privativo da União (ADI 330/RS). Dessa forma, **a alternativa correta é a letra E.**

61. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O Procurador-Geral da República poderá propor ação direta de inconstitucionalidade para requerer a retirada da medida provisória do ordenamento jurídico.
- d) A medida provisória poderá ser rejeitada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros.
- e) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: errada. A medida provisória tem força de lei e produz efeitos desde a sua edição (artigo 62, *caput*, da CF/88).

Letra b: certa. É vedada a edição de medida provisória a respeito de diversos assuntos, sendo um deles a nacionalidade (artigo 62, § 1º, da CF/88).

Letra c: certa. Conforme disposto no artigo 103 da CF/88, o PGR é um dos legitimados ativos da ação direta de inconstitucionalidade. Essa ação poderá ser proposta para atacar ato normativo federal, como é o caso da medida provisória.

Letra d: certa. A medida provisória é votada em cada Casa do Congresso Nacional, separadamente, exigindo-se o quórum de maioria relativa (simples) para a sua aprovação (artigo 62 da CF/88).

Letra e: certa. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de cento e vinte dias (artigo 62, § 2º, da CF/88).

62. Por iniciativa parlamentar, foi editada lei para autorizar o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca da substância. A respeito do assunto, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O Congresso Nacional não tem poderes para autorizar, de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento.
- b) A lei sob análise é constitucional, uma vez que os pacientes diagnosticados com neoplasia maligna dela poderão fazer uso por vontade livre e consciente e não por imposição estatal.
- c) Conquanto seja da competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permitir a distribuição de substâncias químicas, a sua omissão injustificada permite o Congresso Nacional, mediante lei, autorizar a utilização da fosfoetanolamina, substância já aplicada em estados estrangeiros.
- d) A lei federal é constitucional, uma vez que compete à União editar normas gerais sobre saúde.
- e) A lei é inconstitucional, por vício formal, porque é da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis a respeito da distribuição de medicamento.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: certa. O STF, na ADI 5599, entendeu que ante o postulado da separação de Poderes, o Congresso Nacional não pode autorizar, atuando de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento. Compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permitir a distribuição de substâncias químicas, segundo protocolos cientificamente validados.

Letra b: errada. A lei sob comento é inconstitucional, porque fere a separação de poderes e o direito à saúde, já que o Estado não pode oferecer droga sem cumprir a sua obrigação de assegurar a qualidade da droga mediante rigoroso crivo científico.

Letra c: errada. Não cabe ao Congresso Nacional, que não possuiu condição técnica para validar medicamento, exercer atividade própria da Anvisa. O legislativo tem outros meios para exercer a sua

atribuição fiscalizatória, como por exemplo, a convocação de autoridades para prestarem esclarecimentos.

Letra d: errada. A competência para legislar sobre saúde é concorrente, de modo que cabe à União legislar sobre normas gerais. Entretanto, a lei em questão foi declarada inconstitucional, porque excede as atribuições do Legislativo.

Letra e: Os assuntos sobre os quais a iniciativa do processo legislativo é privativa do Presidente da República estão enumerados em rol taxativo no artigo 61, § 1º, da CF/88. Saúde e distribuição de medicamento não constam desse rol.

63. A Constituição Federal reservou o seu Título VII para dispor sobre a ordem econômica e financeira. A atividade econômica contempla prestação de serviço público e atividades privadas comerciais, industriais e de prestação de serviço. A respeito desse assunto, indique a alternativa correta:

- a) A busca do pleno emprego é um dos princípios da ordem econômica.
- b) A Constituição Federal a todos assegurada o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que haja autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- c) A Constituição federal proíbe o Estado de explorar diretamente a atividade econômica.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- e) Em defesa do meio ambiente, a atividade garimpeira em cooperativas deve ser desestimulada pelo Estado.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: certa. Nos termos do artigo 170, VIII, da CF/88, dentre outros, a busca do pleno emprego é princípio da ordem econômica.

Letra b: errada. . Nos termos do parágrafo único do artigo 170 da CF/88, é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Letra c: errada. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei (artigo 173 da CF/88).

Letra d: errada. Consoante disposto no artigo 173, § 2º, da CF/88, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Letra e: errada. Nos termos do artigo 174, § 3º, da CF/88, o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

64. Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

I. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

II. Cada CPI deve investigar um único fato, uma vez que, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se o fato objeto da investigação for genérico, haverá inconstitucionalidade.

III. Magistrados não podem ser convocados a prestarem depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão incorretas.
- d) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

Gabarito: C

Comentários:

I. Certo. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conforme texto expresso da Constituição Federal, requer a observância de três requisitos cumulativamente: a) requerimento de, pelo menos, um terço dos membros da Casa; b) fato determinado; c) prazo certo para conclusão da investigação. Essa

norma constitucional é de observância obrigatória nos Estados e nos Municípios (ADI 3.619), isto é, os estados e os municípios não podem definir outros requisitos para instauração de CPI, além dos que foram previstos na Constituição Federal.

II. Errado. Fato determinado não significa fato único. É possível que uma CPI trate de mais de um fato, desde que sejam todos determinados. Agora, a CPI não pode ser instaurada para investigar fato genérico, impreciso, abstrato. O fato deve ser previamente determinado, para que o trabalho de investigação obtenha êxito e possa ser apresentado um relatório conclusivo.

III. Errado. Conquanto os magistrados não possam ser intimados a depor perante CPI a respeito de atos de natureza jurisdicional (sobre as sentenças por eles proferidas), poderão ser convocados para esclarecimento de atos de natureza administrativa, aqueles praticados na gestão da coisa pública (STF. HC 80.539).

65. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.

- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: As medidas provisórias são aprovadas pelas Casas legislativas em um só turno de discussão e votação, exigindo-se o quórum de maioria simples para aprovação (artigo 47 combinado com o artigo 65 da CF/88).

Letra b: certa. A tramitação de MP é diferente do procedimento comum ordinário, uma vez que a medida provisória é primeiro examinada por Comissão Mista de Deputados e Senadores, que sobre ela emite parecer favorável ou desfavorável, antes de ser apreciada em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. O parecer da Comissão Mista não é vinculante, mas é indispensável, de modo que se a medida provisória for apreciada diretamente pelas Casas Legislativas, sem a participação da comissão, e for aprovada, a lei criada será formalmente inconstitucional (ADI 4.029/DF).

Letra c: certa. Nos termos do § 8º do artigo 62 da CF/88, as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

Letra d: certa. No ponto, é preciso observar o seguinte: se a medida provisória for aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, sem nenhuma modificação, será remetida à promulgação, isto é, será integralmente convertida em lei. Por outro lado, se a medida provisória for aprovada com modificações, o projeto de conversão será enviado ao Presidente da República, que terá o prazo de 15 dias úteis para se manifestar, sancionando ou vetando.

Letra e: certa. No ponto, nota-se que em casos de relevância e de urgência, a medida provisória pode ser utilizada para instituir ou majorar alíquota de imposto, mas será preciso observar a anterioridade tributária, nos termos do artigo 150, III, "b", da CF, segundo o

qual imposto fixado num exercício financeiro, em regra, só poderá ser exigido no exercício financeiro seguinte. Agora, é preciso lembrar dos impostos não sujeitos à anterioridade tributária previstos nos artigos 153, I, II, IV, V, e 154, II, da Constituição, que podem ser disciplinados por medida provisória e exigidos no mesmo exercício financeiro. O IOF é um deles.

66. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.
- b) Inicialmente os créditos destinados às pessoas naturais e, depois, às pessoas jurídicas.
- c) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.
- d) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.
- e) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.

Gabarito: C

Comentários: Letras a, b, d, e: erradas. Nos termos do artigo 100 da Constituição Federal, os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão por precatórios e à conta dos créditos respectivos. O regime de precatórios, entretanto, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor. Estas são pagas primeiro. Já os precatórios, na ordem fixada pela Constituição Federal.

Letra c: certa. A ordem de pagamento dos débitos da Fazenda Pública é a seguinte (artigo 100 da CF/88): 1º) requisição de pequeno valor; 2º) precatórios de natureza alimentícia de maiores de 60 anos, doentes graves e deficientes; 3º) demais precatórios de natureza alimentícia; 4) outros precatórios.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

67. Em relação aos partidos políticos, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O partido político, constituído como pessoa jurídica de direito público ou privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
- b) De acordo com os termos de seu estatuto, o partido político poderá ser equiparado às entidades paraestatais.
- c) O partido político goza de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, mas não poderá definir o cronograma de atividades eleitorais, estando submetido às determinações da Justiça Eleitoral.
- d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios, sendo certo que estes últimos têm prazo máximo de 8 (oito) anos de vigência.
- e) Exaurido o prazo de vigência de um órgão partidário, ocorrerá a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Gabarito: D

Comentários: A **alternativa D** está correta é o gabarito da questão. A alternativa está em conformidade com os §§2º e 3º do art. 3º da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95):

Art. 3º § 2º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios.

§ 3º O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até 8 (oito) anos.

A **alternativa A** está incorreta. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado apenas! Recorde-se do caput do art. 1º da Lei: “O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.”

A **alternativa B** está incorreta. O parágrafo único do art. 1º veda a equiparação de partido político às entidades paraestatais.

A **alternativa C** está incorreta. De acordo com o art. 3º, §1º: “É assegurada aos candidatos, partidos políticos e coligações autonomia para definir o cronograma das atividades eleitorais de campanha e executá-lo em qualquer dia e horário, observados os limites estabelecidos em lei.”

A **alternativa E** está incorreta. Nos termos do art. 3º, §4º da Lei: “Exaurido o prazo de vigência de um órgão partidário, ficam vedados a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).”

68. A filiação partidária é restrita ao eleitor que estive no pleno gozo de seus direitos políticos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A filiação partidária é considerada como deferida quando há o atendimento das regras estatutárias do partido, sendo entregue comprovante ao interessado no modelo adotado pelo partido.
- b) Para desligar-se do partido, o filiado deverá fazer comunicação exclusivamente ao órgão de direção municipal.
- c) Decorridos 10 (dez) dias da data de entrega da comunicação de desligamento do partido político, o vínculo considera-se extinto para todos os efeitos.
- d) Os órgãos dos partidos políticos não terão acesso às informações de seus filiados em respeito à intimidade prevista constitucionalmente.
- e) O partido político deverá ater-se aos prazos de filiação partidária previstos na Lei nº 9.096/95, sendo-lhes vedado estabelecer prazos superiores aos definidos legalmente.

Gabarito: A

Comentários: A **alternativa A** está correta é o gabarito da questão. A alternativa está em conformidade com o art. 17 e seu parágrafo único, ambos da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95):

Art. 17. Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.



Parágrafo único. Deferida a filiação do eleitor, será entregue comprovante ao interessado, no modelo adotado pelo partido.

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o caput do art. 21 da Lei: *"Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito."*

A **alternativa C** está incorreta. O parágrafo único do art. 21 estabelece o prazo de 2 dias: *"Decorridos dois dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos."*

A **alternativa D** está incorreta. Nos termos do art. 19, §3º da Lei: *"Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral."*

A **alternativa E** está incorreta. O caput do art. 20 prevê que é facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

69. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral. Em relação ao FEFC, pode-se afirmar:

- a) O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição dos Tribunais Regionais Eleitorais, até o primeiro dia útil do mês de junho do ano do pleito
- b) Os recursos ficarão à disposição do partido político somente após a definição de critérios para a sua distribuição, os quais, aprovados pela maioria relativa dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, serão divulgados publicamente.
- c) Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, integralmente, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas.
- d) Os partidos podem comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral até o 1º (primeiro) dia útil do mês de junho a renúncia ao FEFC, sendo permitida a redistribuição desses recursos aos demais partidos.

- e) O percentual dos recursos poderá ser reduzido mediante compensação decorrente do remanejamento, se existirem, de dotações em excesso destinadas ao Poder Executivo.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa C** está correta é o gabarito da questão. A alternativa apresenta o disposto no art. 16-C, §11 da Lei nº 9.504/97: *"Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, integralmente, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas."*

A **alternativa A** está incorreta. Os recursos ficarão à disposição do TSE, como prevê o art. 16-C, §2º: *"O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o primeiro dia útil do mês de junho do ano do pleito."*

A **alternativa B** está incorreta. Nos termos do art. 16-C, §7º da Lei: *"Os recursos de que trata este artigo ficarão à disposição do partido político somente após a definição de critérios para a sua distribuição, os quais, aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, serão divulgados publicamente."*

A **alternativa D** está incorreta. O §16 do art. 16-C veda a redistribuição dos recursos: *"Os partidos podem comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral até o 1º (primeiro) dia útil do mês de junho a renúncia ao FEFC, vedada a redistribuição desses recursos aos demais partidos."*

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o §15 do art. 16-C: *"O percentual dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo poderá ser reduzido mediante compensação decorrente do remanejamento, se existirem, de dotações em excesso destinadas ao Poder Legislativo."*

70. A prestação de contas ocorrerá de maneira distinta quando o candidato concorrer as eleições majoritárias ou proporcionais. Com base na Lei nº 9.504/97, assinale a alternativa correta:

- a) As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo próprio candidato ou pelo partido político.
- b) Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na internet os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de campanha eleitoral, em até 5 (cinco) dias contados de seu recebimento.
- c) Fica dispensada da comprovação na prestação de contas a cessão de bens móveis, limitado ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa cedente.
- d) Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, sendo permitida a exigência de apresentação de outros documentos para esse fim.
- e) Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas anual dos partidos, como transferência aos candidatos.

Gabarito: E

Comentários: A **alternativa E** está correta é o gabarito da questão. Trata-se da previsão do §12 do art. 28 da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições): "Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas anual dos partidos, como transferência aos candidatos."

A **alternativa A** está incorreta. Como disposto no art. 28, §2º da Lei, as prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo próprio candidato.

A **alternativa B** está incorreta. O prazo para envio das informações é de até 72 horas, como prevê o art. 28, §º, I:

Art. 28. § 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na rede mundial de computadores (internet):

I - os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas de seu recebimento;

A **alternativa C** está incorreta. O valor apresentado na questão extrapola a previsão legal do art. 28, §6º, inciso I:

Art. 28. § 6º Ficam também dispensadas de comprovação na prestação de contas:

I - a cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente;

A **alternativa D** está incorreta. Nos termos do art. 28, §8º: "Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim."

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ a respeito do cheque:

- a) não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado
- b) em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula
- c) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- d) o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.
- e) é inadmissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.

Gabarito: D



Comentários: A alternativa "D" está de acordo com as súmulas 503 e 504, STJ que estabelecem os termos iniciais para o prazo de ajuizamento da ação monitória. As alternativas "A" e "C" estão em desacordo com a súmula 370, STJ, já que o dano moral é patente em casos de antecipação de cheque pré-datado.

72. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

- a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.
- b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.
- c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

Gabarito: C

Comentários: A alternativa está exatamente de acordo com o Art. 1.169. O preposto não pode, sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.

73. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

- a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.
- b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.

- c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.
- d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.
- e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

Gabarito: C

Comentários: A alternativa "C" é coerente com o texto do artigo 132 da lei 11101/05 que concede legitimidade ativa para o ministério público, administrador judicial ou qualquer credor ajuizar ação revocatória.

74. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

- a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.
- b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.
- c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.
- d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.
- e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

Gabarito: A

Comentários: O decreto 911/69 conceitua o contrato de alienação fiduciária em garantia nas mesmas condições da assertiva correta "O credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato."

75. Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

Gabarito: B

Comentários: A alternativa "B" está correta, como segue: Art. 1.059. Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital. A alternativa "A" está incorreta, pois desatende aos preceitos de solidariedade do artigo 1052 do Código Civil. A alternativa "c" está incorreta, já que o artigo 1053 do Código Civil manda aplicar as regras de sociedades simples e não de sociedades cooperativas. A alternativa "D" está errada, já que o código civil vai no sentido oposto dos poderes aos sócios que adquiram posteriormente essa qualidade.

76. Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

- a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.
- b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.
- c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.
- d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.
- e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

Gabarito: C

Comentários: A assertiva está de acordo com a regra de responsabilidade para as sociedades em comum (que estejam em irregularidade registral), tudo conforme o artigo 990 do Código Civil.

77. A duplicata escritural:

- a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;
- b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.
- c) não permite aceite ordinário.
- d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.
- e) nenhuma das alternativas está correta

Gabarito: D

Comentários: A lei 5474/68 traz uma dinâmica de aceite presumido para questões em que a mercadoria é entregue, mas a duplicata não é aceita ou não é devolvida. A duplicata escritural se utiliza dessa mesma dinâmica.

78. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.
- e) nenhuma das alternativas está correta

Gabarito: B

Comentários: A alternativa "B" está de acordo com o Art. 1.127. Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios ou acionistas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

79. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.
- b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

Gabarito: E

Comentários: a) Tema 2 de Repercussão Geral

b) Súmula Vinculante 41

c) Súmula Vinculante 19

d) Tema 217: É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

e) Tese 325 da Repercussão Geral: As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI, com fundamento na Lei 8.029/1990, foram recepcionadas pela EC 33/2001

80. Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
- ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
- iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Nenhum dos itens está correto.

c) Apenas os itens i e ii estão corretos

d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.

e) Apenas o item iii está correto.

Gabarito: C

Comentários: i) A afirmação se refere à capacidade contributiva objetiva

ii) A afirmação se refere à capacidade contributiva subjetiva.



iii) Nos termos do artigo 145, §1º, da CF, “sempre que possível os impostos terão caráter pessoal”.

81. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU prescinde da edição de lei em sentido formal.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é indevida a exigência de qualquer valor a título de tributo.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

Gabarito: E

Comentários:

- a) Tema 21 de Repercussão Geral.
- b) Tema 53 de Repercussão Geral.
- c) Tema 211 de Repercussão Geral
- d) Tema 226 de Repercussão Geral: Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel
- e) Tema 829 de Repercussão Geral: Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

82. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca
- c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

Gabarito: C

Comentários: a) Tema 224 do STF: A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

- b) Tema 235 do STF
- c) Tema 508 do STF: Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que, inequivocamente, está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, não está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição, unicamente em razão das atividades desempenhadas.
- d) Tema 593 do STF
- e) Tema 884 do STF.

83. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Gabarito: B

Comentários: a) artigo 130 do CTN

- b) Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato[...]
- c) Súmula 430 do STJ
- d) Súmula 435 do STJ
- e) Artigo 136 do CTN.

84. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

Gabarito: A

Comentários: a) Súmula 360 do STJ

- b) Tema 201 do STF
- c) Tema 101 do STJ: O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) Artigo 137, I, do CTN.
- e) STJ, 1ª T., REsp 774.058/PR, Teori Albino Zavascki, out. 2009

85. A respeito do Imposto sobre produtos industrializados, assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com o CTN, nas operações internas, o tributo tem como fato gerador a entrada do produto no estabelecimento de destino.
- b) O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.
- c) Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.
- d) O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.
- e) Todas alternativas estão corretas.

Gabarito: A

Comentários: a) Incorreta – Art. 46, inciso II, do CTN. Tem como fato gerador: II - a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do artigo 51;

- b) Correta – Art. 49 do CTN.
- c) Art. 46, § único, do CTN.
- d) O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.

86. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A transação suspende o crédito tributário.
- b) A interposição de uma exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão ao parcelamento interrompe o prazo prescricional, que volta a fluir a partir da sua rescisão.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

Gabarito: D

Comentários: a) Assertiva errada. A transação é uma causa extintiva do crédito, conforme determina o artigo 156, inciso III.

b) Assertiva errada. A peça conhecida como exceção de pré-executividade é fruto de uma criação doutrinária e jurisprudencial. E a sua oposição, por si só, não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

c) Assertiva errada. Ainda que a reclamação e o recurso administrativo sejam instrumentos hábeis a suspender o crédito tributário, é inconstitucional a exigência de depósito prévio para sua admissibilidade, em conformidade com a súmula vinculante n. 21.

d) Assertiva correta, conforme dicção do artigo 174, inciso IV, do CTN.

e) Assertiva errada. Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão positiva de tributos com efeitos de negativa.

DIREITO AMBIENTAL

Luis Carlos

87. No que tange a responsabilidade criminal por danos acarretados ao meio ambiente, a conduta de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais constitui crime previsto na Lei 9.605/98. Quanto ao tipo penal, é correto afirmar que:

- a) não abrange animais domesticados.
- b) deve ter pena aumentada de um sexto a um terço se o animal for cão.
- c) torna-se um crime qualificado se o animal for gato.
- d) a pena é aumentada de metade, se ocorre morte do animal.
- e) não abrange animais exóticos.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: errada. O tipo penal inclui animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, nos termos do art. 32, caput, da Lei 9.605/98.

Letra b: errada. Nos termos do § 1º-A, do art. 32 (com redação dada pela Lei 14.064/2020), quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput do art. 32 será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.



Letra c: correta. Caracteriza o crime qualificado por ter pena superior àquela prevista no preceito secundário do caput do art. 32, da Lei 9.605/98.

Letra d: errada. O §2º, do art. 32, da Lei 9.605/98, fixa a regra de que a pena deve ser aumentada de um sexto a um terço, se ocorrer a morte do animal.

Letra e: errada. O tipo penal inclui animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, nos termos do art. 32, caput, da Lei 9.605/98.

88. Uma empresa pretende desenvolver uma determinada atividade de extração de produto mineral na Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA Pireneus). Foi realizado pedido de licenciamento ambiental perante a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás - SEMAD. Após análise do pedido, o órgão exigiu que o empreendedor procedesse à elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório como condição para o desenvolvimento da atividade considerando ser potencialmente causadora de significativo impacto ambiental à unidade de conservação. Nessa hipótese, a realização de audiência pública pela SEMAD:

- a) é obrigatória, em qualquer hipótese.
- b) é discricionária, em qualquer hipótese.
- c) é obrigatória, se requerida pelo órgão ambiental estadual.
- d) é discricionária como regra.
- e) é obrigatória quando requerida pelo órgão ambiental federal.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: errada. A realização de audiência pública em processo de licenciamento ambiental é uma medida discricionária do órgão ambiental competente.

Letra b: errada. Nos termos do art. 2º, da Resolução CONAMA n. 09/1987, a realização da audiência pública se torna obrigatória se for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos, não incluindo o órgão ambiental estadual.

Letra c: errada. Nos termos do art. 2º, da Resolução CONAMA n. 09/1987, a realização da audiência pública se torna obrigatória se for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos.

Letra d: correta. A realização de audiência pública em processo de licenciamento ambiental é uma medida discricionária do órgão ambiental competente. Cabe a ele decidir, dentro de um juízo de oportunidade e conveniência, pela realização da consulta pública. Por outro lado, nos termos do art. 2º, da Resolução CONAMA n. 09/1987, a realização da audiência pública se torna obrigatória se for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos.

Letra e: errada. A realização da audiência pública se torna obrigatória se for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos, não incluindo o órgão ambiental federal (art. 2º, da Resolução CONAMA n. 09/1987).

89. Quanto à Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, nos termos da Lei 9.433/97, é correto afirmar que:

- a) a cobrança pelo uso da água é instrumento da PNRH.
- b) o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos - SIRH, embora não previsto expressamente como instrumento da PNRH, é um dos objetivos da Lei 9.433/97.
- c) depende de outorga do Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- d) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso prioritário deles para o consumo humano e a dessedentação de animais.
- e) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada, como regra, no Poder Público, que poderá admitir a participação da comunidade na gestão desses recursos em órgãos colegiados.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. Nos termos do art.5º, IV, da Lei 9.433/97, é instrumento da PNRH, a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Letra b: errada. O SIRH é instrumento da PNRH, nos termos do art.5º, VI, da Lei 9.433/97.

Letra c: errada. Não depende de outorga o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, nos termos do art. 12, §1º, I, da Lei 9.433/97.

Letra d: errada. A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, nos termos do art. 1º, IV, da Lei 9.433/97, sendo que o uso prioritário para consumo humano e a dessedentação de animais somente deve ser feito em caso de situação de escassez (art. 1º, III, da Lei 9.433/97).

Letra e: errada. Nos termos do art. 1º, VI, da Lei 9.433/97, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

90. De acordo com os recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva incorreta:

a) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos

em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito, quando os exames são cancelados por indícios de fraude

b) Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, como regra.

c) Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.

d) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

Gabarito: B

Comentários: Letra A – Correta – Trata-se do entendimento firmado pelo STF no RECURSO EXTRAORDINÁRIO 662.405 ALAGOAS.

O cancelamento de provas de concurso público em virtude de indícios de fraude gera a responsabilidade direta da entidade privada organizadora do certame de restituir aos candidatos as despesas com taxa de inscrição e deslocamento para cidades diversas daquelas em que mantenham domicílio. Ao Estado, cabe somente a responsabilidade

subsidiária, no caso de a instituição organizadora do certame se tornar insolvente.

Letra B – Incorreta – O STF decidiu que servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações.

Letra C – Correta – Trata-se de tese de Repercussão Geral fixada pelo STF no RE 560900.

Letra D – Correta – Trata-se de tese de Repercussão Geral fixada pelo STF no RE 136861.

Letra E – Correta – Trata-se de tese de Repercussão Geral fixada pelo STF no RE 636553.

91. Marque a assertiva incorreta:

a) O exercício da autotutela administrativa, para o desfazimento do ato administrativo que produza efeitos concretos favoráveis aos seus destinatários, está condicionado à prévia intimação e oportunidade de contraditório aos beneficiários do ato.

- b) A conduta de apresentação de documentos falsos ou adulterados por pessoa jurídica em processo licitatório configura o ato lesivo previsto no art. 5º, IV, “d”, da Lei n. 12.846/2013, independentemente de essa sagrar-se vencedora no certame ou ter a continuidade da sua participação obstada nesse.
- c) Viola a legalidade o regulamento interno de licitações e contratos editado por empresa estatal de qualquer ente da federação que estabelece prazo inferior ao previsto no artigo 83, § 2º, da Lei Federal nº 13.303/2016, referente à apresentação de defesa prévia no âmbito de processo administrativo sancionador.
- d) A Lei n. 10.520/2002 define o bem ou serviço comum baseada em critérios eminentemente mercadológicos, de modo que a complexidade técnica ou a natureza intelectual do bem ou serviço não impede a aplicação do pregão se o mercado possui definições usualmente praticadas em relação ao objeto da licitação.
- e) A avaliação do bem expropriado deve levar em conta as condições mercadológicas existentes à época do efetivo pagamento da indenização.

Gabarito: E

Comentários: Letra A – Correta – Trata-se do Enunciado 20 da I Jornada de Direito Administrativo realizada pelo CJF.

Letra B – Correta – Trata-se do Enunciado 21 da I Jornada de Direito Administrativo realizada pelo CJF.

Letra C – Correta – Trata-se do Enunciado 24 da I Jornada de Direito Administrativo realizada pelo CJF.

Letra D – Correta – Trata-se do Enunciado 26 da I Jornada de Direito Administrativo realizada pelo CJF.

Letra E – Incorreta – Trata-se do Enunciado 31 da I Jornada de Direito Administrativo realizada pelo CJF. Por ele, A avaliação do bem expropriado deve levar em conta as condições mercadológicas existentes **à época da efetiva perda da posse do bem.**

92. Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.
- b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.
- d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.
- e) Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

Gabarito: A

Comentários: Letra A – Correta - Pelo princípio da legalidade, a Administração só poderá realizar os atos que possuem previsão legal. Ato “nominado” é aquele ato que possui previsão em lei, estando apto a alcançar determinado fim. É vedado à Administração praticar atos inominados, isto é, atos sem previsão em lei. Por outro lado, ao particular, é possibilitado fazer tudo o que a lei não proíbe.

Letra B – Errada – O princípio da reserva legal não se confunde com o princípio da legalidade. Por este, a atuação administrativa deve pautar-se na lei em sentido amplo, abrangendo qualquer tipo de norma, desde a Constituição Federal até os atos administrativos normativos. De outro modo, a reserva legal significa que determinadas matérias devem ser regulamentadas necessariamente por lei formal.

Letra C – Errada - SÚMULA N. 591: É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa. Primeira Seção, aprovada em 13/9/2017, DJe 18/9/2017. STJ, Inf.610.

Letra D – Errada - A atuação da Administração Pública é cingida ao princípio da legalidade estrita, devendo obediência aos preceitos legais, sendo lícito proceder interpretação extensiva ou restritiva, onde a lei assim não o determinar.

Letra E - Errada - A “teoria do fato consumado” não pode ser aplicada para consolidar remoção de servidor público destinada a acompanhamento de cônjuge, em hipótese que não se adequa à legalidade estrita, ainda que tal situação haja perdurado por vários anos em virtude de decisão liminar não confirmada por ocasião do julgamento de mérito.

93. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

Gabarito: C

Comentários: Letra A, D e E – Errada - A desconcentração é o fenômeno de distribuição de competências dentro da mesma Pessoa Jurídica, isto é, haverá uma repartição de competências INTERNA. Pela Desconcentração há a criação dos órgãos públicos.

A descentralização é o fenômeno de distribuição de competências para uma pessoa jurídica ou física distinta. Em outras palavras, a descentralização é a repartição EXTERNA de competências. Não há, entre as entidades, hierarquia. O que há entre elas é o controle finalístico, tutela, supervisão ministerial ou vinculação.

Letra B – Errada - É aquela em que há a transferência, a outra pessoa, da execução de um determinado serviço público. Observe que há apenas a transferência da execução do serviço público. A titularidade permanece no poder do ente federado.

A colaboração ou delegação ocorre por meio de um contrato administrativo ou um ato unilateral. Originariamente, nessa forma de descentralização, ocorre a transferência do exercício da atividade por meio das concessões, permissões e autorizações de serviço público.

Letra C – Correta - A desconcentração é o fenômeno de distribuição de competências dentro da mesma Pessoa Jurídica, isto é, haverá uma repartição de competências INTERNA. Pela Desconcentração há a criação dos órgãos públicos.

94. De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse preponderantemente privado é denominado:

- a) permissão de uso de bem público.
- b) autorização de uso de bem público.
- c) concessão de direito real de uso de bem público.
- d) concessão de uso de bem público.
- e) cessão de uso de bem público

Gabarito: B

Comentários: A autorização de uso de bem público é um ato administrativo unilateral, discricionário, praticado a título precário, que visa atender interesse predominantemente privado. Por sua vez, a permissão de uso de bem público é um ato administrativo unilateral, discricionário, praticado a título precário, atendendo ao mesmo tempo interesses público e privado. Por fim, a concessão de uso de bem público não é ato administrativo. Na verdade, está-se diante de um contrato administrativo. Portanto, a concessão possui o caráter da bilateralidade.

95. Caso haja uma licitação a ser realizada na modalidade concorrência com o tipo melhor técnica, o prazo mínimo a ser observado entre a publicação do edital e a próxima fase será:

- a) 45 dias
- b) 30 dias
- c) 15 dias
- d) 8 dias
- e) 5 dias úteis

Gabarito: A

Comentários: Trata-se do art. 21, § 2º da Lei 8.666/93:

i) 45 dias:

- a) Concurso
- b) Concorrência, quando o contrato for regime de empreitada integral ou o tipo de licitação for melhor técnica ou técnica e preço.

ii) 30 dias:

- a) Concorrência, quando a licitação for com o tipo Menor Preço ou Maior Lance ou Oferta
- b) Tomada de preço, quando a licitação for com o tipo Melhor Técnica ou Técnica e Preço

iii) 15 dias:

- a) Tomada de preço, quando o tipo for Menor Preço ou Maior Lance ou Oferta
- b) Leilão

iv) 5 dias ÚTEIS:

- a) Convite

96. De acordo com a Lei 12.846/2013, marque a assertiva incorreta:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

c) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

d) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

e) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado

Gabarito: E

Comentários: Resposta: Letra E – De acordo com o art. 4º, §2º da Lei, As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão **solidariamente** responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado

Letra A) Correta – Trata-se da redação do art. 2º da Lei;

Letra B) Correta – Trata-se da redação do art. 3º da Lei.

Letra C) Correta – Trata-se da redação do art. 4º da Lei.

97. Ainda de acordo com a Lei 12.846/2013, e o acordo de leniência, julgue os itens abaixo:

- I - A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica de eventual multa aplicável.
- II - O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- III - Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

IV - A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

V - Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

São incorretas:

- a) III e IV
- b) I e II
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) I, II e V

Gabarito: E

Comentários: Resposta: Letra E - Trata-se de tema importante e atual, que vem ganhando espaço nas provas mais recentes. Atenção a leitura dos artigos 16 e 17 da Lei Anticorrupção.

I – Errado – O acordo de leniência isentará das seguintes sanções: A) publicação extraordinária da decisão condenatória e b) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

A multa, na verdade, haverá uma redução em até 2/3.

II – Errado – De acordo com o art. 16, §3º, o acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

III – Correto – Trata-se da redação do art. 16, §5º.

IV – Correto – Trata-se da redação do art. 16, § 6.

V – Errado – De acordo com o art. 16, §8º, o prazo é de 3 anos e não de 5 anos.

DIREITO AGRÁRIO

Thiago Leite

98. Em relação aos contratos agrários, assinale a alternativa correta.

- a) O Estatuto da Terra proíbe o subarrendamento rural, mesmo com o consentimento do proprietário.
- b) O arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente.
- c) O prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionados pelas partes, será no mínimo de cinco anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente.
- d) Na parceria pecuária, as despesas com o tratamento e criação dos animais, não havendo acordo em contrário, correrão por conta do parceiro proprietário.
- e) Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, sempre por tempo determinado, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, de determinados riscos.

Gabarito: B

Comentários: a) ERRADO. O Estatuto da Terra permite o subarrendamento rural, desde que conste o consentimento expresso do proprietário, conforme artigo 95, VI, do ET.

b) CERTO. O arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente, conforme artigo 95, III, do ET.

c) ERRADO. O prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionados pelas partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente, conforme artigo 96, I, do ET.



- b) Se for intentada desapropriação parcial para fins de reforma agrária, o proprietário não poderá, em nenhuma hipótese, optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence.
- c) Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à manutenção dos módulos no tamanho atual, ante o direito adquirido dos proprietários.
- d) Os Estados e os Municípios, com vistas a cooperarem com a União na questão agrária, podem efetuar a desapropriação para fins de reforma agrária, contribuindo para a diminuição dos conflitos agrários.
- e) Atualmente o responsável pela execução da reforma agrária no país é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Gabarito: A

- Comentários:** a) CERTO. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio, conforme artigo 16, do Estatuto da Terra.
- b) ERRADO. Se for intentada desapropriação parcial, o proprietário poderá optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence, quando a área agricultável remanescente inferior a cinquenta por cento da área original, ficar reduzida a superfície inferior a três vezes a dimensão do módulo de propriedade ou prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica, caso seja o seu valor inferior ao da parte desapropriada, conforme artigo 19, §1º, do ET.
- c) ERRADO. Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas, conforme artigo 21 do ET.
- d) ERRADO. O STF possui entendimento recente de que qualquer desapropriação para fins de reforma agrária (mesmo que não seja a desapropriação sanção) só pode ser feita pela União, conforme RE 482.452 c/c artigo 184, da CF.

- e) ERRADO. Atualmente o responsável pela execução da reforma agrária no país é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia federal.



Gabarito!

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	C	A	C	C	B	E	C	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	D	A	A	E	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	B	C	D	D	A	B	E	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	E	E	E	C	A	A	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	D	B	E	B	D	A	C	C	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	E	D	B	A	B	A	D	B	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	A	A	C	A	C	D	A	C	E
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	C	C	A	B	C	D	B	E	C
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
E	C	B	A	A	D	C	D	A	B
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	A	C	B	A	E	E	B	D	A

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA JUIZ TJGO](#)



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.